Orlando Villas Bôas Filho

Bacharel em Direito (PUCSP), História (USP) e Filosofia (USP). Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

TEORIA DOS SISTEMAS E O DIREITO BRASILEIRO

2009

Editora Saraiva

4.2 A semântica que antecede a instituição do *ethos* ibérico como pedra angular na explicação do Brasil

O denominado movimento nativista, que alguns analistas, tais como Dante Moreira Leite, consideram ser característico do período colonial, via de regra tomou por tema a descrição da beleza e exuberância naturais do Brasil,

---

Quando se alude aqui à "sociedade brasileira" já se utiliza o enfoque da teoria dos sistemas, que não aparta sociedade, direito, Estado etc. Tal como indicado, a sociedade é concebida por Luhmann como um sistema que abrange toda a comunicação possível, o que torna impossível postular a existência de direito ou Estado para além da sociedade. Nesse sentido, quando se refere à sociedade brasileira, o que se está fazendo é indicar um contexto social no qual a comunicação se estrutura a partir de determinadas especificidades que também se projetam em suas instituições.

Marilena Chauí, baseando-se em Perry Anderson, distingue a ideologia do "caráter nacional" da ideologia da "identidade nacional", ressaltando que a primeira, ao ostentar um perfil totalizante e sem lacunas, apresentaria a nação em termos de totalidade, enquanto a segunda, ao pressupor a relação com o diferente, conceberia a nação como totalidade incompleta e lacunar, de modo que a identidade é definida a partir da relação com o diferente e não apenas em razão em fatores endógenos. Cf. CHAUÍ, M. *Brasil*: o mito fundador e a sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 21-29.

Acerca da importância, de resto óbvia e incontestável, da obra de Caio Prado Jr., numa perspectiva comparativa às de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, ver, por exemplo, a entrevista de Fernando Novais, in: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 133-136. Acerca da influência de Caio Prado Jr. em autores como Roberto Simonsen e Celso Furtado, ver: IGLÉSIAS, F. Um historiador revolucionário. In: ——— (Org.). *Caio Prado Jr.*: história. São Paulo: Ática: 1982. p. 21 e ss. (Grandes cientistas sociais, 26.) Por fim, para uma análise sucinta, porém elucidativa da obra *Formação do Brasil contemporâneo*, ver: LAPA, J. R. A. Caio Prado Júnior – Formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico, 1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. p. 259-271. Evidente que não cabe aqui listar os estudos clássicos de Caio Prado Jr.

com vistas a enaltecê-lo.[22] Não obstante haja certa controvérsia acerca do teor nativista da literatura desse período, sobretudo se se considera o movimento do arcadismo,[23] o fato é que esta expressou, tal como ressalta Antonio Candido, uma crescente preocupação com a superação do estatuto colonial, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, o que permitiu a precipitação da consciência nacional que forneceria as bases para o desenvolvimento mental da nação independente.[24] É sob esse influxo que a literatura romântica – a partir da estigmatização do "classicismo inautêntico", que atribui ao arcadismo – conjugada com a simultânea reapropriação de seu sentimento nativista taxado de incipiente – toma para si a missão fundadora e patriótica de constituir uma imagem positiva e laudatória do Brasil e dos brasileiros.[25]

O ideário e a literatura românticos, que mantinham certa harmonia com a sociedade e com a política do Império, tornam-se objeto de censura por parte dos prosélitos das idéias positivistas e do movimento republicano, que expressavam uma postura crítica em relação ao Segundo Império, num ambiente regido por pretensões cientificistas que, segundo Adrián Gurza Lavalle, teriam submetido o romantismo ao mesmo crivo de censura que este outrora havia endereçado ao movimento árcade.[26] Por certo que não se trata de reconstruir aqui as condições sociais que subjazem ao declínio do romantismo e ascensão das análises cientificistas, posto que tal empreitada extrapola os propósitos desta obra. As breves considerações que serão feitas a seguir visam apenas elucidar os aspectos mais relevantes relacionados a esse processo. Por enquanto, o que importa notar é que a crítica de perfil científico teria, em primeiro

[22] Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 149-163; MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, p. 83-99.

[23] Adrián Gurza Lavalle ressalta que, "embora um traço distintivo do arcadismo – não o único e sequer o mais importante – tenha sido a vocação para inventariar, definir e enaltecer as características da vida e natureza locais, seria grave equívoco atribuir-lhe um nativismo com pretensões de originalidade nacional. [...] De fato, no demorado processo de decantação daqueles tópicos árcades [...] não há, *stricto sensu*, empenho por definir ou salvaguardar a singularidade nacional, mas a preocupação por encaixar a vida e a cultura da colônia no quadro preestabelecido do universo cultural e político peninsular". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 73.

[24] Cf. MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade*, p. 99.

[25] Segundo Lavalle, "o movimento árcade foi submetido a uma dupla operação pelo romantismo: estigmatizado porque representante fiel e indesejável do período colonial – por isso seu suposto 'classicismo inautêntico' –, e, em sentido inverso, reapropriado como manifestação incipiente da consciência nacional [...]". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 75.

[26] Cf. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 76-77.

lugar, se apropriado do repositório de temas do romantismo acerca da questão da identidade nacional, invertendo o seu sentido, ou seja, trocando o discurso laudatório e otimista pelo desencantado e pessimista, e, em segundo, assumido a pretensão de validade científica para o seu diagnóstico acerca das mazelas engendradas pela miscigenação.[27]

A ascensão das análises cientificistas, biologicistas e naturalistas, típicas do período que medeia entre os três últimos decênios do século XIX e dos três primeiros do século XX, marcam a recepção tardia das teorias raciais européias no Brasil, por uma restrita elite intelectual que as utiliza de forma original, instrumentalizando-as para lidar com um contexto marcado pelo paulatino enfraquecimento e final derrocada da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o País, que se consubstanciaria com o advento da República. Assim, num tal contexto, em que, para além do problema relativo à substituição da mão-de-obra escrava, engendrado pela abolição, ou mesmo à conservação de uma hierarquia social rígida, parecia ser preciso, sobretudo, estabelecer critérios diferenciados de regulação da cidadania, o conceito de raça torna-se um argumento de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais.[28] Portanto, não é correto classificar as obras dos autores desse período como simples reproduções inautênticas e caricaturais de modelos que se referiam a realidades significativamente díspares da brasileira – muito embora essa tenha sido a tendência de importantes autores, tais como Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite, João Cruz Costa e Thomas Skidmore –, pois, como enfatiza Lilia Moritz Schwarcz, "em meio à conturbada situação de finais do século, o tema racial se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional".[29]

[27] Ao examinar esse processo de rejeição e reapropriação de temas do romantismo pela crítica científica, Adrián G. Lavalle ressalta que "a continuidade dos elementos consagrados no tema da identidade nacional pelo romantismo deu-se, mais uma vez, mediante mudança de registro. Não se trata apenas de recodificação das feições do ser nacional sob o signo da 'ideologia do pessimismo' – segundo a chama Dante Moreira Leite [...]. Trata-se, também, do novo estatuto outorgado a tais feições, isto é, da pretensão de validez científica do discurso que as constrói como obstáculos descobertos por diagnóstico objetivo, cuja veracidade encontra-se alicerçada na adaptação dos modelos da física e da biologia à reflexão das ciências humanas". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 79.

[28] Cf. SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 17-18.

[29] Cf. idem, ibidem, p. 244.

Nesse sentido, usando os conceitos da própria teoria dos sistemas, poder-se-ia afirmar que as teorias raciais de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna não seriam simples apropriações infantis de brasileiros que, nos fins do século XIX, estariam mal preparados para discutir as então recentes doutrinas européias, como pensa Thomas Skidmore,[30] nem expressão de preconceitos arraigados a personalidades infelizes, tais como a que Dante Moreira Leite atribuía a Oliveira Vianna.[31] Tratar-se-ia, antes, da autodescrição de uma sociedade de perfil hierárquico e prenhe de contradições, que encontrava no conceito de raça o elemento fundamental que servia de premissa para a articulação de suas operações comunicativas e por meio da qual era capaz de tematizar a si mesma.[32] É por isso que o conceito de raça aparece, nesse momento, como o elemento central que fundamenta a ideologia do caráter nacional, uma vez que é a partir dele que se articula a comunicação, inclusive institucional, da sociedade brasileira, o que serve para reforçar a tese de Lilia Moritz Schwarcz de que

> não se trata de entender a adoção das teses raciais como mero reflexo, uma cópia desautorizada, mas antes indagar sobre seus novos significados contextuais, bem como verificar sua relação com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país. Melhor, portanto, é pensá-las como "produto e produção" [...], vê-las como resultado do momento em que se inserem, mas conjuntamente atentar para a criação de novos valores e concepções.[33]

Note-se, ademais, que, além de expressarem a autodescrição de uma sociedade cuja estrutura passava por significativa mudança, de modo a constituírem um marco na história das idéias no Brasil, as teorias raciais, tal como enfatiza Lilia Moritz Schwarcz, também desempenharam um papel importante no momento de fortalecimento e amadurecimento de algumas instituições e centros de ensino nacionais – tais como os Museus Etnográficos, os Institutos Históricos e Geográficos, as Faculdades de Direito e as de Medicina – em relação aos quais o conceito de raça passa a servir de elemento de mediação, unindo grupos intelectuais diferentes, embora componentes de uma mesma elite, ao redor de um denominador comum, qual seja: o fato de serem todos "homens de sciencia" engajados na realização de um novo projeto político para o País.[34] Daí fazerem sentido, nesse período, por exemplo, tanto a celebração do cientificismo, feita por Sílvio Romero,[35] que posteriormente soará intransigente, quanto à apologia entoada à aristocracia rural por Oliveira Vianna, que hoje parece tão ingenuamente nostálgica.[36]

Contudo, da mesma forma, esses autores utilizavam as teorias raciais como um meio para dar conta das mudanças estruturais engendradas, sobretudo pela abolição da escravidão e pelo advento da República, que, embora não tenham sido eventos de efetiva ruptura – basta lembrar a célebre descrição de Aristides Lobo acerca do povo que assistia bestializado à proclamação da República imaginando tratar-se de uma parada militar[37] –, levaram à emergência de

---

[30] Cf. SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 13; Cf. ———. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 112 e ss.

[31] Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia, p. 232.

[32] Vale novamente ressaltar que, segundo Luhmann, "self-referential systems are able to observe themselves. By using a fundamental distinction schema to delineate their self-identities, they can direct their own operations toward their self-identities. [...] As soon as the need arises to direct self-observations through structural predispositions instead of entirely leaving them to particular situations, we may speak of 'self-descriptions'. Descriptions fix a structure or a 'text' for possible observations which can now be made more systematically, remembered and handed down more easily, and which can now be connected better to each other". LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-descriptions of modern society, p. 123.

[33] SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, p. 242.

[34] Cf. SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, p. 14; 17; 24-42.

[35] Referindo-se entusiasticamente aos anos 70 do século XIX, Sílvio Romero ressaltava que "um bando de idéias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte". ROMERO, S. *Provocações e debates*, apud LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia, p. 181. Aliás, expressivo desse entusiasmo de Sílvio Romero com os "sopros de ciência" que os anos 70 deitavam sobre o Brasil foi a polêmica havida entre ele e Machado de Assis, a qual expressa, segundo Lilia Moritz Schwarcz, o embate entre "homens de sciencia" e "homens de letras". Cf. SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, p. 40.

[36] É por essa razão que críticas inflamadas como a de Dante Moreira Leite a Oliveira Vianna devem ser tomadas com cuidado, pois, apesar de algumas inconsistências, as teses de Vianna parecem constituir típica expressão da autodescrição de uma sociedade ainda hierarquizada que se coloca entre a dissolução do universo rural e ascensão da sociedade urbana. É no contexto dessa mudança estrutural que obras como essa devem ser consideradas. Para uma crítica corrosiva a Oliveira Vianna, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia, p. 221-232. Para uma análise menos passional e que, ademais, minimiza o aspecto racial na obra de Oliveira Vianna, ver: ODALIA, N. *As formas do mesmo*: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 117-171. Uma interpretação que também minimiza o papel da explicação racial em Oliveira Vianna pode ser encontrada em LAVALLE, A. G., *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 84-85. Por fim, ver: OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. v. 1, cap. X.

[37] Cf. CARVALHO, J. M. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 9-14.

novos problemas, tais como a regulamentação do trabalho livre[38] e, especialmente, a necessidade de elaboração de critérios diferenciados de cidadania numa sociedade ainda marcada pela estratificação social. É nessa perspectiva que as teorias raciais se colocam como a semântica de uma sociedade ainda hierarquizada, mas que começa a sofrer forte implemento de variação que, por sua vez, produz sua complexificação. Num tal contexto, tomadas enquanto semântica, pode-se afirmar que as teorias raciais mantêm uma correlação com as alterações estruturais da sociedade, uma vez que lhes incumbe orientar o fluxo da comunicação e, com isso, auxiliar a auto-reprodução da sociedade.[39] Um exemplo disso é dado por Alfredo Bosi que, referindo-se ao "desafio social e ético" posto à sociedade brasileira no final do século XIX, ressalta que

> não só de homens políticos se fez a militância. Um movimento intelectual forte, que retoma "cientificamente" os ideais das Luzes, estava em curso ao longo desses anos. Sílvio Romero resumiu-o com a expressão "um bando de idéias novas", fixando também em 1868 o seu ponto de partida. Positivismo e evolucionismo, Comte e Spencer, foram o eixo principal de referência. O trabalho livre e um regime político mais representativo eram as metas a ser atingidas.[40]

[38] Ademir Gebara analisa a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, contestando a fantasiosa ruptura entre esses dois momentos. Segundo ele, "o dia 13 de maio de 1888 marcou formalmente o final da escravidão no Brasil, tendo sido ainda um estágio no processo de transição da escravidão para o trabalho livre. Para a historiografia brasileira mais tradicional, que situa o processo histórico através de marcos cronológicos rígidos, a abolição foi um divisor de águas entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno. Pesquisas mais recentes focalizaram de forma mais precisa a problemática da transição, de tal maneira que a ênfase recai tanto sobre a continuidade do processo histórico quanto sobre a mudança de um modo de produção para outro. [...] Tanto a abolição quanto a transição são processos relacionados ao problema do controle e da organização do mercado de trabalho. Esta sim foi a questão fundamental pela elite brasileira no século XIX". GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil* (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 201; Cf. ———. Escravos: fugas e fugas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 89-100, mar.-ago. 1986. Para uma análise da situação dos homens livres e pobres no contexto da sociedade escravista, no século XIX, sobretudo na região de Guaratinguetá, ver o clássico estudo de FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, esse estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco chamou a atenção para o fato de que a sociedade brasileira, no período por ela analisado, não se polarizava apenas entre senhores e escravos, de modo a expressar uma feição bem mais complexa e diversificada, composta por homens pobres, agregados, etc. Cf. SOUZA, L. M. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 374.

[39] Utiliza-se aqui o termo "semântica" seguindo o emprego que lhe é dado por Luhmann, ou seja, sem conotações semiológicas, e sim como uma espécie de distinção adquirida pelas observações quando são reconhecidas como dignas de ser conservadas e postas à disposição para serem repetidas. Trata-se, portanto, não de um signo, mas de uma estrutura da própria autopoiese da comunicação. Cf. LUHMANN, N. *La ciencia de la sociedad*, p. 81; ———. *La sociedad de la socidad*, p. 510 e 704.

[40] BOSI, A. *A dialética da colonização*, p. 235.

Nota-se, portanto, uma adequação da semântica racial às mudanças verificadas na estrutura da sociedade.

É certo que não se trata de conceber essa alteração da semântica social em termos mecânicos ou mesmo como o reflexo superestrutural de alterações havidas na infra-estrutura da sociedade. Segundo Luhmann, a relação entre semântica e estrutura da sociedade não se opera em termos causais.[41] O que ocorre é que a variação na estrutura da sociedade repercute nas relações comunicativas que a compõem, levando a uma mudança de nível de complexidade que, por sua vez, conduz a uma alteração na semântica, à qual incumbe orientar a comunicação. Isso significa que as mudanças ocorridas na estrutura social conduzem à necessidade de adequação de sua semântica autodescritiva, pois, do contrário, começa a haver déficit de realidade e de consistência nas autodescrições sociais, que passam a ficar apartadas da realidade social.[42] Assim, ao referir-se à mudança estrutural experimentada por sociedades que deixam de ser hierárquicas para se tornarem funcionalmente diferenciadas, Luhmann enfatiza que

> a reestruturação do sistema da sociedade, em que a diferenciação do seu sistema transita do estratificado para o funcional, produz modificações profundas no ideário da semântica com o qual é possível à sociedade a continuidade da sua própria reprodução, isto é, o encadear de suas ações.[43]

É nesse contexto de mútua imbricação entre estrutura social e semântica que se coloca também a não menos importante polêmica acerca da apropriação feita do ideário liberal numa sociedade que, como a nossa, no século XIX, era escravista. À primeira vista, parece haver uma absoluta incompatibilidade entre a estrutura dessa sociedade e uma semântica que, originária da Europa, se prestava a dar estabilidade ideológica a uma estrutura econômica baseada no trabalho assalariado. Partindo dessa constatação, Roberto Schwarz recupe-

[41] Tal como ressalta Luhmann, "in relationship to systemic environments, social-structural and semantic components of a system are not necessarily synchronous". LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-description of modern society, p. 123; ———. *La sociedad de la sociedad*, p. 426; 433 e 905.

[42] Cf. LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-description of modern society, p. 123-124; ———. *La sociedad de la sociedad*, p. 427; 432 e ss.

[43] LUHMANN, N. *O amor como paixão*: para a codificação da intimidade. Tradução de Fernando Ribeiro. Lisboa: Difel, 1991. p. 7.

ra o argumento constante num panfleto da segunda metade do século XIX que, resumidamente, consigna o seguinte: "toda ciência tem princípios, de que deriva seu sistema. Um dos princípios da *Economia Política* é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato 'impolítico e abominável' da escravidão".[44] Dada essa premissa, a conclusão que Schwarz dela extrai parece evidente: há um déficit de realidade manifesto na importação do ideário liberal que não apresentava a menor compatibilidade com uma sociedade agroexportadora, baseada na mão-de-obra escrava, o que faz com que esse ideário, por não descrever sequer falsamente a realidade, torne-se, em última instância, um despropósito, levando Schwarz a afirmar que

> é claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A universalidade dos princípios expressos na Constituição era, segundo essa perspectiva, incompatível com abominável instituto da escravidão.[45]

Assim, inconciliável com uma estrutura social estratificada e baseada na mão-de-obra escrava, e que, ademais, encontrava no *favor* sua categoria fundamental (e virtualmente insuperável) de mediação social,[46] o ideário liberal somente poderia aparecer como um exemplo expressivo de "idéias fora do lugar", mesmo após a abolição e o advento da República. Ainda que esse ideário desempenhasse um papel coadjuvante de legitimação do arbítrio,[47] o fato é que restaria a tal ponto obnubilado pela "ideologia do favor" que seria, senão descartável, ao menos inapropriado e incompatível com nossa realidade. Ora,

[44] Cf. SCHWARZ, R. Idéias fora do lugar. In: ———. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 11.

[45] SCHWARZ, R. Idéias fora do lugar, p. 12.

[46] Segundo Schwarz "o favor é nossa mediação quase universal [...]. O favor, ponto por ponto, pratica e dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. [...] O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno". Idem, ibidem, p. 16-18. Para uma mordaz crítica da utilização não-historicizada do conceito de favor que, como decorrência, passa a servir de óbice à análise do direito brasileiro, ver: RODRIGUEZ, J. R. A cabrocha e o magistrado: apontamentos sobre o drama do direito no Brasil. In: TOLEDO, M. P. M. F. *Cultura brasileira*: o jeito de ser e de viver de um povo. São Paulo: Nankin Editorial, 2004. p. 78 e ss.

[47] Cf. SCHWARZ, R. Idéias fora do lugar, p. 18.

essa análise parte da premissa de que as idéias liberais seriam simplesmente transpostas de um contexto a outro, sem uma mediação que as tornasse adequadas à realidade de quem as "importa", o que é deveras questionável. É por essa razão que Maria Sylvia de Carvalho Franco refuta a tese sustentada por Roberto Schwarz acerca da exterioridade entre as idéias liberais e a realidade brasileira de então, afirmando que as idéias estariam sim no lugar, uma vez que a ideologia liberal burguesa, sobretudo num de seus pilares (a igualdade formal), não consistiria numa mera importação, aparecendo, ao contrário, como inerente à constituição das relações de mercado no País. Assim, por ser constitutiva dessas relações, a igualdade, enquanto ideologia, cumpriria, no Brasil, a mesma função de encobrimento e inversão que desempenhava na Europa.[48]

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, a tese da existência de "idéias fora do lugar" seria contraditória, uma vez que partiria do pressuposto de que as ideologias são constitutivas da realidade, mas, paradoxalmente, ao analisar o liberalismo no Brasil, conclui que suas representações nada têm a ver com a realidade aqui constituída, de modo a exprimir, sobretudo, uma importação imprópria de idéias.[49] Entretanto, se se tratasse apenas de simples importação de idéias externas para uma aplicação deficiente e inadequada ao Brasil, não haveria como explicar a razão da permanência e influência de tais idéias entre nós.[50] A concepção segundo a qual essa incorporação é mera imitação arbitrária de idéias vindas de fora e inadequadas a nosso contexto baseia-se no pressuposto bastante problemático, aliás denunciado por Jessé Souza, de que as idéias seriam entidades externas às práticas sociais o que, conseqüente-

[48] Segundo M. S. Carvalho Franco, "o ideário liberal burguês em um de seus pilares – a igualdade formal – não 'entra' no Brasil, seja lá como for, mas aparece no processo de constituição das relações de mercado às quais é inerente. O conceito de igualdade emergiu no processo de dominação sócio-econômica vinculado ao conceito e ao direito de propriedade e por essa muito forte razão cumpre aqui, como lá fora, sua função prática de encobrir e inverter as coisas". Cf. FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, História do Brasil, n. 1, p. 63, 1976.

[49] Cf. CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 16.

[50] A esse respeito, Maria Sylvia de Carvalho Franco ressalta, com muita propriedade, que, na tese das "idéias fora do lugar", "teríamos, de um lado, as idéias e as razões burguesas sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso facto*, separar abstratamente os seus termos, ao ponto já indicado, e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil". FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar, p. 62. Note-se que essa posição é plenamente corroborada por Maria Helena Capelato em seu estudo do liberalismo a partir da imprensa paulista entre os anos de 1920 a 1945.

mente, possibilitaria considerá-las pautadas por uma relação de mútua exterioridade. Esse pressuposto, classificado por Jessé Souza de naturalista, estaria fundado numa percepção redutora do humano e numa concepção unilateral e reducionista da linguagem, que passa a ser vista simplesmente como meio de designar estados de coisas no mundo, que passaria a ser representado como independente da experiência humana.[51] Somente numa perspectiva naturalista desse tipo seria possível afirmar que a importação de idéias as tornaria deslocadas aos contextos que delas se apropriam, pois numa tal perspectiva a língua é reduzida à sua dimensão designativa, excluindo-se, com isso, sua função constitutiva da realidade.

Ora, as perspectivas naturalistas seriam incapazes de enxergar o nexo intrínseco entre idéias e práticas sociais, imaginando que valores seriam criações subjetivas e não elaborações partilhadas intersubjetivamente.[52] Em razão disso, acabam por desqualificar a importação de idéias, pois as concebem como elaborações desvinculadas dos contextos aos quais posteriormente se aplicam. É por essa razão que Maria Helena Capelato, ao analisar a ideologia liberal no Brasil, contraria Roberto Schwarz e afirma que

> o liberalismo no Brasil é sem dúvida uma idéia importada e o mesmo ocorre com qualquer outra: elas circulam, mas há sempre um nexo entre sua produção e reprodução em situações particulares, o que efetivamente define novos prismas. Mas isso não significa descompasso nem inadequação à realidade. [...] as idéias são parte do todo social e se constituem geneticamente com ele. Elas se engendram no interior do processo histórico e são constitutivas dele.[53]

Baseando-se em Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Helena Capelato ressalta que, subjacente à tese das "idéias fora do lugar", haveria um pressuposto dualista, típico das teorias da dependência, aceito por Roberto Schwarz, que sustenta a diferença essencial entre as nações centrais, componentes do núcleo hegemônico do sistema capitalista (Giovanni Arrighi o denomina de

---

[51] Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 12 e 102-103.

[52] A esse respeito, vale notar que Jessé Souza utiliza a concepção de linguagem desenvolvida por Charles Taylor para sustentar sua crítica às perspectivas que concebem como mutuamente exteriores as idéias e as práticas sociais. Cf. idem, ibidem, p. 12.

[53] CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945, p. 17.

núcleo orgânico da economia capitalista mundial[54]) e as nações periféricas ou dependentes, que manteriam com as primeiras uma relação de mútua exterioridade. Contudo, Maria Sylvia de Carvalho Franco ressalta que não haveria essa relação de exterioridade e oposição entre o centro e a periferia do sistema capitalista mundial, uma vez que as nações periféricas ou dependentes – mesmo porque estas se definem como conseqüência do capitalismo central – não recobririam um modo de produção essencialmente diferente do das nações centrais, apresentando apenas particularidades que se determinam no próprio processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, ou seja, no movimento de sua constituição e reprodução.[55] Diante disso, perde plausibilidade imaginar que idéias sejam produzidas em determinados contextos e simplesmente apropriadas por outros com os quais se colocam numa relação de exterioridade. Aliás, a esse respeito, mesmo partindo de pressupostos totalmente diversos dos que estão na base das análises de Jessé Souza, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Helena Capelato, também na perspectiva da teoria dos sistemas, que concebe a sociedade moderna como um sistema mundial,[56]

---

[54] Cf. ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 207 e ss. A esse respeito, nota-se que na tese de Roberto Schwarz o dualismo estrutural que caracteriza a "concepção originária" do pensamento da Cepal. A articulação entre centro e periferia se dá a partir de assimetrias insuperáveis nas trocas internacionais. As próprias remissões a Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso reforçam a tese de Maria Helena Capelato acerca do pressuposto dualista na tese de Roberto Schwarz. Maria Sylvia de Carvalho Franco também analisa a diferença entre as teorias dualistas antigas e o dualismo da teoria da dependência. Cf. FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar, p. 63. Para uma elucidativa análise comparativa do pensamento de Celso Furtado com o de Fernando Henrique Cardoso acerca desse tema, ver: KALVAN, F. R. *O lugar da Nação*: estudo da abordagem na Nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

[55] Nesse ponto Maria Sylvia de Carvalho Franco refuta as perspectivas que concebem a heterogeneidade de uma sociedade como a brasileira e as sociedades componentes no núcleo hegemônico do sistema capitalista mundial. Nessa perspectiva, a economia brasileira, sobretudo no século XIX, apareceria como que gravitando ao redor de grandes mercados mundiais, eles sim capitalistas. Contudo, segundo ela, "colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas [...] sem a dissociação analítica de suas partes". FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar, p. 62. No mesmo sentido, ver: SADEK, M. T. A. *Machiavel, machiavéis*: a tragédia octaviana (estudo sobre o pensamento de Octávio de Faria). São Paulo: Símbolo, 1978. p. 25-27 e 51 e ss.; CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945, p. 16.

[56] Aliás, a esse respeito, Luhmann, aludindo às formas de autodescrição da sociedade moderna, procura mostrar que há uma correspondência entre estrutura social e semântica e a teoria dos sistemas. Segundo

não parece factível a existência de uma semântica desconectada da sociedade à qual se aplica, mesmo porque somente internamente à sociedade é que as referências semânticas podem ser testadas.[57] Torna-se problemático, portanto, postular a exterioridade entre as idéias e a realidade social, à qual estas se aplicam, pois isso pressuporia que elas surgem enraizadas em elementos exteriores à própria comunicação, que é o elemento básico da auto-reprodução do sistema social, e, ademais, que seria a correspondência a tais elementos que lhes forneceria o teste de consistência. Contudo, Luhmann enfatiza que a semântica, enquanto patrimônio conceitual da sociedade, funciona como seleção dos conteúdos de sentido e, portanto, como o conjunto de premissas de sentido que seriam dignas de conservação na sociedade, definindo-se, nesse sentido, como uma reserva de temas mantidos como esteio à emissão da comunicação.[58] É, numa palavra, um elemento essencial à constituição do sentido que, segundo Luhmann, é o conceito fundamental da sociologia.[59] A semântica serve, portanto, para orientar o fluxo da comunicação que está na base da autopoiese da sociedade, o que torna impossível considerá-la como um sistema autônomo em relação à sociedade a que se refere. Há uma imbricação recíproca entre sociedade e semântica que não permite tomar a relação entre ambas em termos de mútua exterioridade ou como simples conexões casuais.[60]

ele, "the theories simply cannot avoid recognizing that they themselves appear within the world of objects that they describe". Aliás, partindo dessa premissa, Luhmann ressalta que a teoria dos sistemas estaria mais capacitada que as demais para essa auto-observação global da sociedade. Cf. LUHMANN, N. The world society as a social system, p. 184-187.

[57] Segundo Luhmann, "there is no position outside of society from which to communicate, but a system can internally test semantic references which may be treated as absolute". LUHMANN, N. Tautology and paradox in the self-descriptions of modern society, p. 133.

[58] Segundo Luhmann, a semântica, enquanto condensação de sentido, facilita a auto-referência dos sistemas sociais. Cf. LUHMANN, N. *La sociedad de la sociedad*, p. 704.

[59] Cf. LUHMANN, N. Meaning as sociology's basic concept, p. 21 e ss.

[60] Vale ressaltar aqui que, segundo Luhmann, se se parte da premissa de que a cultura não é necessariamente normativa, e sim uma simples determinação de sentido (e, portanto, uma operação de redução – a influência de Husserl aqui já foi vista nos capítulos precedentes), deve haver "una especie de provisión de posibles temas listos para una entrada súbita y rápidamente compreensible en procesos comunicacionales concretos. Llamamos a esta provisión de temas, cultura y cuando esta se há almacenado especialmente para fines comunicativos, semántica". LUHMANN, N. *Sistemas sociales*: lineamientos para una teoría general, p. 161. Não é por outra razão que, no âmbito do direito, a semântica serve como forma de fixação de sentido para um uso determinado e suas repetições. Segundo ele, "each communication is binding time in so far as it determines the state of the system that the next communication has to assume. One has to distinguish between this and the maintenance of a fixed meaning for repeated use, for instance the attribution of meaning

Assim, percebe-se que não há uma mera importação de idéias totalmente inadequadas à nossa estrutura social de então. Essa "semântica" tinha sim relações efetivas com nossa sociedade, inclusive no que concerne às alterações que esta vinha sofrendo, o que demandava a elaboração de um projeto de país. Por isso, da mesma forma que as teorias raciais, não foram simples importações inapropriadas e extemporâneas de doutrinas européias. O ideário liberal, cuja adoção no Brasil é tão criticada por Roberto Schwarz, que o concebe como a expressão de "idéias fora do lugar", também poderia ser visto, não em termos de uma incompatibilidade entre estrutura social e semântica, mas, ao contrário, justamente como uma apropriação criativa que tinha uma função a desempenhar no contexto brasileiro de então.[61] Trata-se, ademais, de uma questão importante, pois serve para ilustrar as afinidades e discrepâncias teóricas havidas entre as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, entre os anos de 1870 e 1930, no que tange à elaboração de um projeto nacional que encontra nas teorias raciais e no ideário liberal formas bastante diferentes de expressão, as quais, entretanto, em nenhum dos dois casos, podem ser vistas como simples assimilações acríticas de doutrinas estrangeiras.[62] É por essa razão que Lilia Moritz Schwarcz afirma que

> guardadas as diferenças, o que se pode dizer, no entanto, é que para ambas as faculdades "o Brasil tinha saída". Por meio de uma mestiçagem

to words, concepts, and true statements. We call such a self-binding of a communication system semantics. Only the sedimentary deposit of semantics for further repository use leads to 'time binding' in the narrow sense, which will be discussed as follows". LUHMANN, N. *Law as a social system*, p. 144.

[61] No que tange a esse aspecto, Sérgio Adorno ressalta o aspecto instrumental do liberalismo brasileiro no Império, demonstrando a inexistência de um dilema liberal nessa sociedade, durante todo o regime monárquico, pois a construção do Estado Nacional se fez a partir de princípios liberais. Segundo Adorno, o dilema estaria noutro lugar, qual seja: no embate entre elites conservadoras e posturas mais democráticas. Não se trata, portanto, de um "dilema liberal", e sim de um "dilema democrático". Isso ocorreria em razão do fato de haver nos "construtores do estado nacional" a precedência da liberdade sobre a democracia. É por essa razão que Adorno, reiterando o posicionamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao referir-se a essa elite liberal, ressalta que "suas idéias não estavam fora do lugar. Não eram, portanto, homens *démodés*". ADORNO, S. *Os aprendizes do Poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 74-75. Uma elucidativa análise da relação entre liberalismo e democracia pode ser encontrada em BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 42-44.

[62] Maria Tereza Aina Sadek critica a desqualificação a que são submetidas as apropriações feitas no Brasil de idéias estrangeiras. Segundo Sadek "se levarmos em consideração que a ciência não é caracterizada pela nação que a produziu, poderíamos perguntar se não mereceria especial estudo ou debate saber o que foi importado, como foi utilizado ou 'deformado'. Pois o simples fato da importação de idéias [...] nada diz ainda sobre a participação da teoria escolhida no debate político-ideológico, onde ela representa uma das propostas de interpretação e solução para as questões vistas como problemáticas". SADEK, M. T. A. *Machiavel, machiavéis*: a tragédia octaviana (estudo sobre o pensamento de Octávio de Faria), p. 24-25.

> modeladora e uniformizadora, apregoada por Recife. Por meio da ação missionária de um Estado liberal, como tanto desejavam os acadêmicos paulistanos.[63]

Tal como ressaltado, as coisas não se passavam de forma diversa nos Institutos Históricos e Geográficos, nos Museus Etnográficos ou nas Faculdades de Medicina. Em todos os casos havia a tentativa de encontrar as razões e a cura de nossas mazelas. O problema racial, expresso na degenerescência engendrada pela mestiçagem, era sob vários aspectos o fulcro da discussão que articulava a semântica social dos *homens de sciencia* e suas respectivas instituições. No fundo estava não a importação descompromissada de doutrinas estrangeiras, mas a busca de implementação de um projeto nacional. É nesse sentido que Lilia Moritz Schwarcz enfatiza que

> talvez o debate tenha mesmo se concentrado entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebem-se dois contendores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei: o veneno previsto por uns, o antídoto na mão de outros. Se para "os homens de direito" a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos sairiam os diagnósticos e a cura para os males que assolavam a nação. Enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constatavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais. Colocado nesses termos, o argumento racial continuava oportuno, quando retiradas as conclusões mais radicais.[64]

[63] SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, p. 187. Lilia M. Schwarcz pontua bem as diferenças entre as faculdades de direito de Recife e de São Paulo, ressalvando, entretanto, que em ambos os casos a intenção era capacitar uma elite capaz de orientar os rumos da nação. Trata-se de uma assertiva que corrobora a tese de Sérgio Adorno de que a faculdade de direito teria se prestado à formação de quadros capacitados à organização jurídico-política do aparato estatal brasileiro. É nesse sentido que a historiadora Raquel Glezer, baseando-se também na análise de Sérgio Adorno, ressalta que "a criação dos cursos jurídicos no Brasil foi uma necessidade imperiosa para a independência cultural e formação de quadros para a burocracia do Estado, o que levou ao controle rígido do conteúdo ministrado neles pelo Estado". GLEZER, R. São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 19-30, set. 1991-ago. 1992. Por fim, para uma análise do debate referente à criação dos cursos jurídicos no Brasil, ver: BARRETO, V. *Os cursos jurídicos e as elites brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p. 182-207.

[64] SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, p. 241.

Contudo, as teorias raciais e evolucionistas pautadas por sua pretensão cientificista, justamente por estarem atreladas inexoravelmente a elementos naturalistas, impediam a plena configuração de um caráter nacional que fosse próprio ao brasileiro. Já foi indicado acima que as teorias raciais submeteram o ufanismo romântico ao mesmo crivo crítico que este último havia endereçado ao movimento árcade, que o havia precedido. Esse movimento crítico embasado em premissas pretensamente científicas gerou uma visão negativa do povo brasileiro, a qual, entretanto, se embasava numa semântica que encontrava no elemento racial seu ponto de apoio. Nesse sentido, em razão de sua vinculação ao conceito de raça como eixo explicativo de nossas mazelas, as teorias raciais não serão capazes de fornecer uma concepção do caráter nacional do brasileiro. Tal como ressalta Adrián Gurza Lavalle, na perspectiva cientificista e evolucionista que fundamenta as teorias raciais,

> o caráter é natureza, isto é, manifesta-se, sim, mediante os traços comuns da personalidade, mas responde aos imutáveis ditados da genética, prescrevendo comportamentos decorrentes do caráter da raça, e não de uma "personalidade coletiva" – personalidade que, no limite, é um compósito medíocre dos traços correspondentes aos diferentes elementos raciais envolvidos na sua conformação.[65]

A perspectiva naturalista, que reduz ao conceito de raça a possibilidade de configuração do que definiria o brasileiro, precisaria ser complementada por abordagens que também levassem em consideração aspectos psicológicos, não atrelados a pressupostos raciais, pois somente assim seria possível analisar efetivamente nosso caráter nacional.[66]

É nesse contexto que autores como Manoel Bonfim e Paulo Prado passam a substituir, ou pelo menos mitigar, a explicação de perfil racial por abordagens que enfatizavam elementos não naturalizados e que, dessa forma, passam

[65] LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 80.

[66] Para uma análise da diferença entre "caráter nacional" e "identidade nacional", ver as considerações feitas por Marilena Chaui, a partir das análises de Perry Anderson, na nota n. 20 do presente capítulo. Neste momento trata-se da composição do "caráter nacional" que se constitui sem a remissão a algo que lhe seja exterior. É sob a égide da ideologia do "caráter nacional" que Marilena Chaui inclui autores como Afonso Celso, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Paulo Prado etc. No que concerne à "identidade nacional", Chaui a situa entre os anos de 1950 e 1970. Cf. CHAUI, M. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária, p. 21. Dante Moreira Leite, em quem Chaui, em grande medida, escora sua análise, inclui nesse rol, que é apenas exemplificativo, também a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

a ser passíveis de uma explicação de nosso caráter nacional. Trata-se, como bem acentua Dante Moreira Leite,[67] de uma ruptura em nosso pensamento social, que deixa de estar fundado essencialmente em determinantes raciais, para valorizar aspectos psicológicos. Manoel Bonfim, por exemplo, procura apontar os déficits (ou mesmo a ausência) de socialização como razão de nosso atraso. Ao criticar a visão de que a América Latina seria povoada por mestiços indolentes e degenerados,[68] Bonfim, referindo-se aos brasileiros, ressalta que eles "não são maus; são violentos, reflexos espontâneos – por incultos e ignorantes; falta-lhes a inibição superior, fruto da educação [...]".[69] Ora, seria essa ausência de um processo efetivo de socialização e não qualquer determinante racial que se coloca como eixo explicativo da abordagem de Manoel Bonfim. É certo que, tal como enfatiza Adrián Gurza Lavalle,

> na crítica às teorias raciais imperantes, Bonfim, apesar de seu empenho em trazer à tona os processos de socialização, acode aos argumentos disponíveis que, em última análise, levam mais uma vez à reificação da raça como fator com poder explicativo: há características próprias às raças e aos efeitos de sua miscigenação, embora passíveis de aperfeiçoamento por expedientes não-genéticos.[70]

Assim, é sobretudo a partir da obra *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, que a explicação do Brasil se desvencilha das teses raciais e passa para o plano psicológico.[71] Articulando sua explicação do Brasil, não em aspectos raciais, mas

[67] Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 250-251.

[68] Tal como ressalta Ronaldo Conde Aguiar, "Bonfim procurou, antes de tudo, dar uma resposta aos teóricos e publicistas europeus que, apoiados no cientificismo naturalista e no evolucionismo, chamavam indistintamente os povos do continente de inferiores, entregues ao mais puro barbarismo estéril. A América Latina seria, assim, este imenso território povoado de gente selvagem e inferior, uma turba descendente de índios, negros e degredados, todos, portanto, inatamente incapazes de autogovernar-se. [...] Inconformado com isso, Manoel Bonfim desenvolveu, então, uma belíssima análise das causas da miséria geral do continente, em que desmascarava o chamado racismo científico [...]". AGUIAR, R. C. Um livro admirável. In: BONFIM, M. O Brasil nação: realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 25. Consta que, em sua refutação às teorias baseadas em determinantes raciais, Manoel Bonfim teria inclusive criticado diretamente Gobineau, considerado outrora genial por Oliveira Vianna. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 251.

[69] BONFIM, M. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro. Topbooks, 1993. p. 267.

[70] LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 88. No mesmo sentido, sobretudo no que concerne à transmissão de traços psicológicos, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 255.

[71] Dante Moreira Leite e Adrián Gurza Lavalle classificam o livro *Retrato do Brasil* como uma história psicológica. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 262-267 e LAVALLE, A. G.

a partir do próprio processo de colonização que teria engendrado uma "psique nacional", marcada pela luxúria, cobiça e tristeza, todos impulsos decorrentes das especificidades de nosso processo de colonização, Paulo Prado efetivamente desloca a análise do caráter nacional para o plano psicológico. Luxúria e cobiça, enquanto impulsos que não encontram peias em nosso processo colonizador, produzem a melancolia que seria típica de um colono desviado atavicamente para as perversões eróticas e ávido por encontrar ouro.[72] O pior é que, na perspectiva de Paulo Prado, tais características não se mantêm adstritas aos indivíduos, estendendo-se também à sociedade que, pautada por essas características, carregaria traços anti-sociais, debilidades acentuadas no estabelecimento de relações impessoais, com tudo o que isso traz de deletério à consolidação do espaço público no Brasil. Assim, as mazelas e perversões atávicas que, como decorrência da forma pela qual se processou nossa colonização, assediam os indivíduos encontrar-se-iam também refletidas em nosso espaço público, definido como acanhado e – por que não dizê-lo – melancólico. Nesse *Retrato do Brasil* nem o indivíduo nem a sociedade são fotogênicos.

Contudo, a importância da obra de Paulo Prado pode ser devida ao fato de esta, ao procurar identificar traços psicológicos decorrentes de nosso processo de colonização, fornecer uma semântica em que aparece, ainda que sob a forma negativa, a dimensão do espaço público, que estava ausente nas semânticas raciais que encontravam obstáculos naturais insuperáveis para a consolidação de um tal espaço em meio à degradação oriunda da miscigenação que punha em primeiro plano a necessidade de uma intervenção saneadora, e

Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras, p. 85. Outro aspecto que merece destaque nessa obra está em seu perfil ensaístico, que influenciará importantes obras posteriores. Tal como ressalta José Murilo de Carvalho, "todos os livros influentes escritos por historiadores não treinados profissionalmente tinham forte conteúdo ensaístico, no estilo de 'retrato do Brasil'. Procuravam dar uma visão compreensiva do país, buscando freqüentemente a origem de nossos males ou virtudes na colônia, ou mesmo em Portugal. Seus autores eram quase todos formados em Direito (Oliveira Vianna, Paulo Prado, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro), a grande exceção sendo Gilberto Freyre [...]". Entrevista com José Murilo de Carvalho. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 180.

[72] É clássica a assertiva que abre e condensa a tese do ensaio: "numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar". PRADO, P. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 53. Para uma análise de obra de Paulo Prado, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 260-267.

não tanto a discussão dos desvios de nossas instituições. É por essa razão que se pode afirmar, em *Retrato do Brasil*, que tudo se passa como

> se a história da configuração da "psique nacional" – o relato a desvendar a intimidade e a alma do brasileiro – fornecesse não apenas uma chave para se entender certos traços distintivos da sociabilidade local, mas a radiografia veraz do caráter acanhado ou francamente pervertido da vida pública no Brasil.[73]

4.3 O *ethos* ibérico como pedra angular na explicação do Brasil

Nota-se, portanto, que Paulo Prado realizou um efetivo deslocamento da discussão acerca do Brasil, a qual passa a permitir uma abordagem das deturpações de suas instituições desatrelada de elementos naturalistas, tais como o conceito de raça. Na seção anterior, também se aludiu ao ideário liberal, sobretudo com o escopo de indicar que, da mesma forma que as teorias raciais não constituíram mera importação de doutrinas estrangeiras, o liberalismo entre nós também não foi expressão de "idéias fora do lugar", mesmo porque, se compreendermos ambos em termos de semântica, torna-se possível tentar mapear seus nexos, ainda que obscuros e, por vezes, tortuosos, com a estrutura da sociedade brasileira. Assim, o que se nota é que, com a abolição da escravidão, o advento da República, o progressivo processo de urbanização, a imigração e todas as demais mudanças ocorridas no decorrer da Primeira República e no início da era Vargas, sobretudo a crescente industrialização, que toma impulso a partir desse último período,[74] uma nova semântica social tornar-se-á

[73] LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 89. Laura de Mello e Souza ressalta que *Retrato do Brasil* consiste numa "obra curiosa e um tanto deslocada, mescla inovação e conservadorismo, em que se enfoca a história do Brasil sob viés cultural e se busca uma curiosa tipologia qualitativa com base em sentimentos". MELLO E SOUZA, L. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 19.

[74] Não se trata aqui de analisar as alterações históricas e sociais ocorridas desde os decênios finais do século XIX até os anos 30 do século XX, que estão no pano de fundo das teorias analisadas. Não é esse o escopo deste livro. Aliás, nem poderia sê-lo. O plano da presente análise está adstrito ao exame do modo pelo qual foi teorizado o problema do ingresso (ou não) do Brasil na modernidade. Para uma breve análise de alguns dos pressupostos históricos que se encontram na base dessas teorizações, ver: LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 40-61. Complementarmente, seguem algumas referências meramente exemplificativas que elucidam o contexto em que ocorre a mudança da semântica social aludida acima. Para uma análise da decadência da atividade cafeeira no Vale do Paraíba com suas repercussões na

prevalente na autodescrição da sociedade brasileira.[75] Passa a recrudescer a preocupação com o perfil de nossas instituições e com a questão da modernização, que sempre parece fugidia.

É a esse tipo de semântica que Antonio Cândido se refere quando alude ao "significado de *Raízes do Brasil*". Tomando Gilberto Freyre como uma espécie de "ponte" entre o naturalismo dos "velhos intérpretes de nossa sociedade", tais como Oliveira Vianna, Euclides da Cunha e Sílvio Romero, e os aportes teóricos advindos da sociologia e também da antropologia (uma vez que Freyre assume expressamente a influência por ele sofrida de Franz Boas),[76] Antonio Cândido enfatiza que o autor de *Casa-grande & senzala*, malgrado tenha sido influenciado pela antropologia cultural norte-americana, ainda preocupava-se com aspectos de fundo biológico (raça, equilíbrio ecológico, alimentação etc.). Segundo Antonio Cândido, essa superação efetiva ocorreria a partir da obra de

industrialização da Capital da República e na Província de São Paulo, ver: CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977. Para uma análise do processo de industrialização e da formação da classe operária no Brasil (enfocando Rio de Janeiro e São Paulo), relacionando-os com o processo de urbanização e com a imigração, ver: FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983. Um exame relativo à formação da identidade da classe operária no Brasil justamente no período tratado por Boris Fausto, ver: BATALHA, C. H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 111-124, set. 1991-ago. 1992. Para uma análise condensada das alterações socioeconômicas ocorridas entre 1890 e 1930 no Brasil, ver: FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 275-295. Para um exame sintético da industrialização e da relação entre trabalhadores e empregados durante o período da Primeira República, ver: SKIDMORE, T. *Uma história do Brasil*, p. 118-123. Para uma análise da industrialização na era Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, ver: SKIDMORE, T. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 64-71. Para uma análise do modo pelo qual a classe operária é tratada na historiografia brasileira, ver: BATALHA, C. H. M. A historiografia da classe operária: trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 145-158.

[75] Não se pode esquecer que, na perspectiva de Luhmann, a descrição da sociedade é uma operação autológica. Ver a esse respeito, por exemplo, LUHMANN, N.; DE GIORGI, R. *Teoria della società*, p. 394.

[76] Gilberto Freyre assume explicitamente a influência exercida pela antropologia cultural desenvolvida por Franz Boas sobre sua obra. Numa significativa passagem de Casa-grande & senzala, Freyre ressalta que "foi o estudo de antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados de traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano desse ensaio". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. XLVIII. Aliás, a esse respeito, Elide Rugai Bastos chama a atenção para o fato de que, em Freyre, "dois eixos explicativos se definem: de um lado, a discriminação entre os efeitos da herança racial e os de influência social, cultural e de meio; de outro, o peso do sistema de produção econômica sobre a estrutura da sociedade". BASTOS, E. R. Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala. In: MOTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico, 1, p. 219.

Sérgio Buarque de Holanda,[77] que se respaldava teoricamente na história social francesa (lembrar que desde 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre já haviam revolucionado a historiografia francesa com a Escola dos *Annales*)[78] e na sociologia alemã, sobretudo em Weber e Simmel.[79] Em todo caso, ainda que se atribua a Freyre certa preocupação com questões de raça,[80] o fato é que, tal como enfatiza Alfredo Bosi,

> os ensaios de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque sugerem uma interpretação psicocultural do passado brasileiro. É uma leitura de nossa história escorada na hipótese geral de que o conquistador português já trazia em si traços de caráter recorrentes, que Sérgio Buarque chama de *determinantes psicológicas*, tais como o individualismo, qualificado

[77] O caráter inaugural de *Raízes do Brasil* também é enfatizado por Laura de Mello e Souza que ressalta que, da mesma forma que *Retrato do Brasil*, a obra de Gilberto Freyre seria uma híbrida e nostálgica em relação a um Brasil arcaico que começava a se transformar. Segundo essa historiadora, "Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, marca, na verdade, o início de uma história cultural madura e rigorosa do ponto de vista teórico e metodológico. Gilberto Freyre obtivera boa formação acadêmica nos Estados Unidos, e divulgara, entre nós, a antropologia cultural norte-americana. Seu estilo irreverente e caudaloso, contudo, mascarava incoerências, contradições e graves falhas na composição da obra". MELLO E SOUZA, L. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial, p. 23.

[78] Cf. BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989*: a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 23 e ss.

[79] Cf. MELLO E SOUZA, A. C. O significado de Raízes do Brasil, p. 10. Para uma análise das influências teóricas de Sérgio Buarque de Holanda, ver: BARBOSA, F. A. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda. Ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil. In: NOGUEIRA, A. R. et al. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda – vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Universidade de São Paulo, 1988. p. 44-47; DIAS, M. O. L. S. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, p. 18; SOUZA, L. M. Corpo e alma do Brasil – entrevista de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Novos Estudos* – Cebrap, n. 69, p. 6-7, jul. 2004.

[80] Adrián G. Lavalle ressalta que Gilberto Freyre, sob influência de Franz Boas, critica o conceito de raça como elemento fundamental da análise antropológica, enfatizando o conceito de cultura, que servia para pôr em xeque explicações uniformizadoras dos argumentos raciais. Contudo, mostra que, paradoxalmente, a antropologia cultural serviu de impulso a análises que buscavam apreender culturas globais ou nacionais, tal como ocorre com Ruth Benedict e Margaret Mead. Cf. LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 91. De fato, essa crítica a abordagens uniformizadoras é empreendida por Boas, que sustenta que as sociedades são essencialmente diversas, possuindo especificidades próprias que impedem que sejam tais sociedades subsumidas a grandes leis gerais de desenvolvimento que seriam aplicáveis indistintamente à civilização, tomada como um conjunto coerente e ordenado. Nesse sentido, ver: BOAS, F. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 25-39; 47; 49. Para uma análise da crítica de Franz Boas às premissas do evolucionismo unilinear, que embasava essas abordagens uniformizadoras e evolucionistas, ver, por exemplo, ROULAND, N. *Anthropologie juridique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988. p. 62. Dante Moreira Leite, não obstante admita que a rejeição a explicações raciais seja comum a Franz Boas e Gilberto Freyre, considera existir uma clara divergência entre as posições de ambos, pois, segundo ele, Boas não aceitava a possibilidade de empreender uma descrição global da "mentalidade de um povo", enquanto Freyre justamente procurou apreender o caráter nacional do povo brasileiro. Quanto a esse respeito, Freyre teria antecipado as análises de Ruth Benedict e Margaret Mead, que também foram discípulas de Franz Boas. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 273-274.

> como exaltação extrema da personalidade, o espírito aventureiro (daí a *ética da aventura* oposta à *ética do trabalho*), o nosso *natural inquieto e desordenado*, a cordialidade, o sentimentalismo sensual, que se exerce sem peias no que Gilberto Freyre classifica de *patriarcalismo polígamo*, a plasticidade social, a versatilidade, a tendência à mestiçagem (que já viria dos cruzamentos com os mouros) intensificada pela *carência de orgulho racial*, atributo que comparece nas características de ambos os estudiosos.[81]

Nota-se, portanto, que a perspectiva de Gilberto Freyre e a de Sérgio Buarque de Holanda desvencilham-se das análises evolucionistas baseadas em pressupostos raciais. A partir de então, as condicionantes passam a ser psíquicas e isso faz com que as características psicológicas do colonizador sejam fundamentais na definição do caráter nacional do brasileiro. Trata-se, assim, da instauração de uma interpretação do Brasil que atrela nosso caráter nacional às determinantes psicossociais ibéricas, cuja permanência nos apartaria da modernidade. Como se demonstrará adiante, essa linha interpretativa do Brasil, articulada ao redor do *ethos* ibérico, é complementada pela análise de Raymundo Faoro, que exacerba a ênfase nos aspectos deletérios e aparentemente indeléveis dessa herança que acaba obstando nosso ingresso na modernidade.

A partir dos anos 30, essas explicações articuladas ao redor do *ethos* ibérico passam a constituir a expressão mais influente daquilo que Dante Moreira Leite denomina "ideologia do caráter nacional do brasileiro",[82] o que se dá justamente em razão das alterações estruturais havidas na sociedade brasileira desde o final do Império e, sobretudo, no decorrer da Primeira República e no início da era Vargas. Sem adentrar em digressões analíticas relativas a essas alterações estruturais havidas em nossa sociedade, pode-se afirmar que, em linhas gerais, o que se coloca como mais significativo é a passagem de uma

[81] BOSI, A. *A dialética da colonização*, p. 27. No mesmo sentido de Alfredo Bosi e Antonio Cândido, Adrián G. Lavalle ressalta que "os modelos sociológicos que focaram a atenção em dimensões da sociedade como a cultural, a psicológica ou a econômica, entraram decisivamente no pensamento político-social na década de 1930 – com o pano de fundo da revolução industrial –, quando vieram à luz os célebres trabalhos de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Júnior (1933)". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 90.

[82] Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 147. Luiz Werneck Vianna ressalta a maturidade da apropriação do pensamento social clássico feita nesse período. Cf. VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. In: *Novos Estudos – Cebrap*. São Paulo, n. 53, mar. 1999, p. 33.

sociedade estratificada para uma outra que, por ser republicana, ainda que com distorções e desvios significativos, demanda uma retórica de igualdade e liberdade que, tal como já indicado anteriormente, não são "idéias fora do lugar", cumprindo aqui também a mesma função ideológica que encobrimento de relações sociais de dominação.[83] A estrutura da sociedade deixa de ser estratificada e isso demanda uma nova semântica compatível a essa estruturação em que a cidadania, ainda que regulada,[84] passa a ser colocada como algo que demanda a semântica da igualdade (ainda que formal) perante a lei.

Levando isso em consideração, compreende-se o porquê de essa interpretação fundada no *ethos* ibérico ter se convertido, após os anos 30, na pedra angular da explicação acerca do atraso brasileiro e das deturpações encontradas em nossas instituições, dentre as quais o direito.[85] Isso ocorre porque a estrutura da sociedade brasileira passa a demandar outra ordem de explicações que não podem mais estar adstritas a determinantes naturalistas e raciais, pois uma tal semântica começa a perder sentido em razão das alterações que vão ocorrendo no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX. É nesse sentido que Luhmann enfatiza que, quando se dá a

[83] Seguindo a crítica feita por Maria Sylvia de Carvalho Franco a Roberto Schwarz, Maria Tereza Aina Sadek ressalta que "a compreensão da nossa produção ideológica tem seu campo de explicação no interior das próprias relações sociais que aqui se desenvolvem, na medida em que elas trazem consigo, inerentemente, a necessidade de sustentar a dominação que as caracterizam". SADEK, M. T. A. *Machiavel, machiavéis*: a tragédia octaviana (estudo sobre o pensamento político de Octávio de Faria), p. 52.

[84] A célebre análise de Wanderley Guilherme dos Santos acerca da extensão da "cidadania regulada" após a Revolução de 30 será retomada adiante. No momento, o que importa notar é que mesmo uma cidadania desse tipo demanda uma retórica – ou seja, uma semântica – acerca da igualdade formal que lhe dê esteio. Para uma análise do conceito de cidadania regulada como aquela que se encontra vinculada a um sistema ocupacional profissional, ver: SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 75. Vale notar que, mesmo antes disso, ou seja, ainda na Primeira República, a estrutura de nossa sociedade já mostra alterações significativas. Raymundo Faoro, ao analisar a obra de Machado de Assis, embora continue sustentando a permanência do estamento, ressalta que "a sociedade de classes, malgrado se firme e se estruture com maior energia, não domina o campo social. Entre dois pólos, a colônia e a fase do encilhamento, mostra ela desenvolvimento sensível, com a mudança de uma estrutura. A velha sociedade de estamentos cede lugar, dia a dia, à sociedade de classes". FAORO, R. *Machado de Assis*: a pirâmide e o trapézio. 2. ed. São Paulo: Nacional; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 5.

[85] Luiz Werneck Vianna ressalta que a recepção do pensamento de Weber pela teoria social brasileira ocorreu predominantemente para explicar as razões de nosso atraso. Nesse sentido, a ênfase no passado ibérico se expressaria tanto na vertente que centra o foco da análise no patrimonialismo de Estado (Raymundo Faoro e Simon Schwartzman), quanto na vertente que prioriza a questão agrária e o patrimonialismo social (Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho). No primeiro caso, ressalta-se a necessidade de uma reforma do Estado para se vencer o atraso. No segundo, se coloca como fundamental a ruptura no plano das relações sociais. Cf. VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil, p. 34 e ss.

transição de uma diferenciação estratificada para uma diferenciação funcional do sistema, a evolução global da sociedade obriga a uma inclusão mais forte, possivelmente mais abrangente de todos os círculos da população em todos os campos funcionais. Também aqui a evolução tem igualmente algo a ver com exigências contraditórias, às quais se admite um cunho semântico: por um lado, tem de se tornar viável o que é especial, o que é inverossímil, por outro, é exatamente isto que tem de ser alcançável para toda a gente. Por um lado, a sociedade necessita da estratificação para a introdução da inverossimilhança e para a reorganização com vista à diferenciação plena dos sistemas de função, por outro, é precisamente tal reorganização que arruína a necessidade e a possibilidade de estratificação. Superar essas contradições, acentuar as exigências diversas, expô-las em controvérsia, relacioná-las umas com as outras, transmiti-las, parece ser a missão da semântica [...].[86]

Ora, ainda que se discuta a implementação efetiva da diferenciação funcional no contexto brasileiro,[87] o fato é que, no período em que surgem as interpretações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, não se é mais possível sustentar uma semântica social que dê esteio à diferenciação estratificada da sociedade (daí a refutação generalizada a teses naturalistas e raciais). É por essa razão que as abordagens fundadas na permanência do *ethos* ibérico passaram a ganhar força, transformando-se numa espécie de *semióforo*[88] das análises dos mais diversos matizes sobre o Brasil, as quais, como se verá adiante, se mantêm presentes ainda hoje.[89] Ora, justamente por constituírem uma semântica influente que problematiza o acesso do Brasil à modernidade, essas perspectivas passam a constituir o maior repto à possibilidade de aplicação da teoria dos sistemas de Luhmann ao Brasil.

[86] LUHMANN, N. *O amor como paixão*: para a codificação da intimidade, p. 53.

[87] Cf. NEVES, M. Luhmann, Habermas e o Estado de direito, p. 98 e ss.

[88] O conceito "semióforo" utilizado por Marilena Chauí, que dele se apropria a partir da obra de Krysztoff Pomian (*Entre l'invisible et le visible*, Libre n. 3, 1987), para analisar o potencial simbólico da nação, tem justamente a conotação de algo simbólico que serve para produzir e conservar um determinado sistema de crenças. Cf. CHAUÍ, M. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária, p. 11-13.

[89] Referindo-se ao iberismo, ao personalismo e ao patrimonialismo que, segundo seu entendimento, caracterizam o que ele denomina "sociologia da inautenticidade", Jessé Souza ressalta que a "influência dessas idéias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui nossa auto-imagem dominante, seja na dimensão das idéias, seja na dimensão da prática social e política". SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 207.

Portanto, passa-se agora a analisar o modo pelo qual essa interpretação que se articula ao redor do *ethos* ibérico paulatinamente se enrijece de maneira a tornar inviável a consideração do Brasil como um país moderno. Para tanto, serão feitas breves incursões nos aspectos centrais das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, as quais são necessárias para demonstrar que a via de acesso à modernidade, deixada em aberto por Sérgio Buarque, é excluída por Raymundo Faoro que concebe o estamento patrimonial como uma forma de perpetuação de privilégios no âmbito do aparelho estatal no qual se incrusta. De qualquer forma, o que agrega esses três autores é a explicação articulada ao redor da permanência de um *ethos* pré-moderno como elemento definidor de nosso desenho institucional e de nossa efetiva possibilidade de superação de condicionantes que remetem a modernidade sempre para um horizonte inalcançável. Contudo, tal como ressaltado, esse pressuposto comum não pode servir para encobrir diferenças sensíveis entre os referidos autores, as quais, entretanto, somente são passíveis de elucidação mediante a breve reconstrução dos traços gerais do pensamento de cada um deles. Não se pode, portanto, subsumir a produção desses autores a rótulos como "culturalismo atávico" ou "sociologia da inautenticidade",[90] uma vez que tal postura, não obstante permita identificar os pressupostos que lhes são comuns, obnubila diferenças que não podem ser desconsideradas.

A controvertida obra de Gilberto Freyre, composta como uma "introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil", ou seja, um "ensaio de sociologia genética" referente à formação da família patriarcal brasileira,[91] apesar de

[90] Há que notar que Jessé Souza não inclui Gilberto Freyre naquilo que ele denomina "sociologia da inautenticidade" que, em sua perspectiva, passa a estar agregada ao redor de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta que, segundo ele, se prenderiam a um "culturalismo atávico". Aliás, Souza recupera positivamente a obra de Gilberto Freyre para reconstruir uma alternativa ao dilema legado pela "sociologia da inautenticidade". Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 205 e 209.

[91] Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. LXXII. Aliás, a esse respeito, é preciso notar que o essencial dessa empreitada de Freyre se expressa nos livros *Casa-grande & senzala*, que trata da formação da família brasileira no regime patriarcal; *Sobrados e mucambos*, que analisa, não sem certa dose de nostalgia, a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento das cidades e *Ordem e progresso*, dedicado à desintegração da sociedade patriarcal no quadro da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Dante Moreira Leite, que é muito crítico em relação à obra de Freyre, considera que "sua interpretação original foi dada em *Casa-grande & senzala*. Os outros livros da série – *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso* – apenas repetem o primeiro, e essa repetição, longe de ser um processo de esclarecimento ou ampliação, contribui apenas para banalizar as suas teses". LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 271.

criticado por sua "composição libérrima",[92] que levou alguns comentadores a considerá-la, além de conservadora, sobretudo uma obra de caráter literário e não sociológico, dado o subjetivismo que a embasa,[93] constitui um esforço de superação das explicações do Brasil fundadas em premissas raciais, tais como as que foram analisadas na seção anterior do presente trabalho.[94] Esse desiderato de elaborar uma análise introdutória à família patriarcal brasileira que, segundo ele, constitui um elemento essencial na compreensão da formação do Brasil, lhe renderá muitas críticas, sobretudo no que concerne à ênfase dada à esfera privada em detrimento da pública, pois, se é o sistema patriarcal, que se expressa na casa-grande, o elemento fundamental da colonização portuguesa, que formará uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida,[95] fica evidente que é a esta que estará atrelado todo o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Aliás, não é por outra razão que Freyre, numa de suas assertivas generalistas e, por isso, temerárias, afirma que: "a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social".[96]

[92] Cf. MELLO E SOUZA, A. C. O significado de Raízes do Brasil, p. 9.

[93] Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 270 e 284.

[94] Apesar das inúmeras críticas que são endereçadas à obra de Freyre, o fato é que, tal como ressalta Elide Rugai Bastos, não se pode desconsiderar "o sentido pioneiro de Casa-grande & senzala. Trata-se, em vários aspectos, de um livro inovador. Primeiramente, ao apresentar propostas que superam as explicações sociobiológicas e aquelas fundadas no determinismo geográfico, representa uma inegável ruptura com as explicações anteriores e coloca em novo patamar analítico as interpretações do Brasil. [...] Em segundo lugar, inova ao adotar o discurso sociológico como código competente para dar conta das questões sociais. [...] Em terceiro lugar, trata-se de uma novidade nos estudos históricos e sociológicos o emprego não só de fontes diferentes das convencionais, como já apontado anteriormente, mas de um método ainda não utilizado nas reflexões sociológicas no Brasil: o estudo do cotidiano. A metodologia permitirá ao autor transferir a análise da formação nacional ao âmbito privado e não ao das instituições públicas, prática usual nas análises anteriores". BASTOS, E. R. Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala, p. 233.

[95] Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 4 e ss.

[96] Idem, ibidem, p. LXV. A historiografia recente tem criticado essa caracterização feita por Freyre (e também por Oliveira Vianna) do modelo patriarcal da família brasileira. A historiadora Eni Mesquita Samara procura relativizar as descrições de Freyre e Vianna, chamando a atenção para o fato de que, especialmente no Sul do País, havia, já no final do século XVIII, famílias com estruturas mais simplificadas. Assim, a família patriarcal, tal como descrita por Freyre, não pode ser considerada o parâmetro único da família brasileira. Cf. SAMARA, E. M. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 7-33, mar. 1991-ago. 1991; ———. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Org.). *Pensando a família no Brasil*: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987. p. 30-31. Logo na introdução de *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre, mediante observações pouco sistemáticas, procura mostrar que sua análise não estaria adstrita ao Nordeste açucareiro. Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. LXIII. A esse respeito, Dante Moreira Leite, referindo-se a Freyre, ressalta que, "acusado de empregar, quase exclusivamente, material referente ao Nordeste açucareiro, e depois generalizar suas conclusões para o resto do Brasil, responde que suas viagens

Nesse sentido, a casa-grande expressa o centro de coesão social, constituindo, desse modo, o sistema econômico, social e político que está na base da organização da sociedade brasileira.[97] Não é por outra razão que é dela que deriva o essencial de nosso caráter nacional: desde o modo pelo qual se expressa a dominação social – o sadismo do senhor da casa-grande ao masoquismo do negro da senzala – ao contorno econômico (o latifúndio exportador) e às formas de articulação política (o compadrio), tudo passa pela casa-grande e pelo patriarcalismo que lhe é próprio. Referindo-se à casa-grande, Elide Rugai Bastos ressalta que ela constitui "o modo pelo qual se realiza o caráter estável da colonização portuguesa de marca agrária, sedentária, plástica e harmoniosa. Por isso, na formação nacional, representou papel marcante vencendo a Igreja e, em certos momentos, até mesmo o Estado".[98] E isso, segundo Gilberto Freyre (que nesse ponto se coloca nas antípodas da análise realizada por Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, que enfatiza o centralismo no Brasil),[99] tem razões históricas, pois segundo ele "a casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil, mais do que os vice-reis e os bispos".[100] Trata-se, portanto, do centro articulador da colonização ibérica no Brasil, de onde emanam as determinantes que se espraiam pelos âmbitos das relações sociais, políticas e econômicas, para não se fazer referência à vida sexual, familiar etc. Não é por outra razão que, em *Sobrados e mucambos*, Freyre enfatiza que, "mais do que a

por outras regiões confirmam suas interpretações. Ora, é evidente que essas observações assistemáticas não substituem dados históricos a respeito dessas regiões [...]". LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 275. A importância das críticas de Eni Mesquita Samara e Dante Moreira Leite está no distanciamento em relação à ótica polarizada entre casa-grande e senzala, de modo a demonstrar que a sociedade brasileira era bem mais complexa do que a descrita por Freyre que, ademais, realizava generalizações questionáveis de suas análises, baseadas no Nordeste açucareiro, para o resto do País.

[97] Gilberto Freyre destaca que "a casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de higiene do corpo e da casa (o 'tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas e recolhendo órfãos". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. LIII.

[98] BASTOS, E. R. Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala, p. 219.

[99] Cf. FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. v. 1, p. 139-166 e 331-336.

[100] FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. LVII.

própria igreja, considerada elemento independente da família e do Estado, foi a família patriarcal ou tutelar o principal elemento sociológico da unidade brasileira".[101]

Evidente que não se pretende aqui aprofundar o exame da complexa e riquíssima obra de Gilberto Freyre. Para os propósitos deste livro o que importa notar é o quanto o poder de ordem patriarcal, expressão clara desse ethos ibérico pré-moderno, interfere e condiciona nossas instituições, dentre as quais, obviamente, também o direito. Para tanto, entretanto, é fundamental que se analise um aspecto essencial que está na base da constituição desse poder patriarcal que, oriundo da casa-grande, a tudo condiciona e amolda. Trata-se de um traço do colonizador português que Freyre reputa como a razão de seu sucesso na adaptação a esse novo mundo repleto de desafios e desconfortos que em nada correspondia ao paraíso vislumbrado no "Velho Mundo",[102] qual seja: a sua plasticidade.[103] Esse elemento que mantém íntima relação com a questão da miscigenação deve ser analisado para que, em seguida, na comparação com Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, possam ser devidamente aquilatadas as especificidades do pensamento de

[101] FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*, p. 64, Apud LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 278.

[102] Ao referir-se ao novo continente a ser colonizado, Freyre ressalta o seguinte: "país de Cocagne cousa nenhuma: terra de alimentação incerta e vida difícil é que foi o Brasil dos três primeiros séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando ao grosso da população o suprimento de víveres". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 38. Aliás, noutra expressiva passagem, Freyre ressalta que "o português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade dificílima para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. [...] em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo. Semente, fruta, madeira, papel, carne, músculos, vasos linfáticos, intestinos, o branco do olho, os dedos dos pés, tudo fica à mercê de inimigos terríveis". Idem, ibidem, p. 16. Acerca da maior adaptabilidade do português quando comparado a outros povos, ver Idem, ibidem, p. 56, nota 16.

[103] A plasticidade, enquanto elemento fundamental do caráter português, é enfatizada por Gilberto Freyre, que frisa que "Portugal acusa em sua antropologia, tanto quanto em sua cultura, uma grande variedade de antagonismos, uns em equilíbrio, outros em conflito. Esses antagonismos em conflito são apenas a parte indigesta da formação portuguesa: a parte maior se mostra harmoniosa nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 201. Aludindo a essas especificidades próprias do português, Elide Rugai Bastos observa que neste havia "a feição de colonizador por excelência, dotado da plasticidade exigida pelo mundo moderno". BASTOS, E. R., Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala, p. 226. Dante Moreira Leite também enfatiza que a questão da plasticidade do português tem lugar privilegiado na análise de Freyre. Cf. LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 277. No que concerne à plasticidade que caracterizaria o colonizador português, há uma indiscutível afinidade entre Freyre e Holanda. A esse respeito, ver, por exemplo: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 36; 53.

cada um desses autores que compõem a interpretação do Brasil que parte do legado de nossa matriz ibérica.

A tese fundamental de Freyre é a de que havia especificidades no colonizador português que o tornavam mais apto à adaptação às condições dos trópicos. Tais especificidades são de várias ordens, como a própria "aclimatabilidade" própria do português e ausente nos nórdicos.[104] Entretanto, tal como indicado, destacam-se as determinações de caráter psicocultural.[105] Na perspectiva de Freyre, o colonizador português, mercê da plasticidade de sua condição de povo intermediário entre Europa e África, seria muito mais capacitado a adaptar-se às agruras dos trópicos do que os demais povos europeus:

> a indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península. Espécie de bicontinentalidade que correspondesse em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo. E gente mais flutuante que a portuguesa, dificilmente se imagina; o bambo equilíbrio de antagonismos reflete-se em tudo o que é seu, dando-lhe ao comportamento uma fácil e frouxa flexibilidade, às vezes perturbada por dolorosas hesitações, e ao caráter uma especial riqueza de aptidões, ainda que não raro incoerentes e difíceis de se conciliarem para a expressão útil ou para a iniciativa prática.[106]

Aliás, a própria ausência de um orgulho de raça, fator que promoverá a larga miscigenação,[107] tão importante à empresa colonial portuguesa nos trópicos, também decorre de um traço psicocultural do português.

[104] Cf. FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 10-12. Freyre ressalta inclusive a capacidade do português de alterar seu regime de alimentação para se adaptar aos trópicos. Cf. idem, ibidem, p. 14.

[105] Cf. BOSI, A. *A dialética da colonização*, p. 27.

[106] FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 6. Aliás, a esse respeito, a análise de Freyre acerca do caráter do português prossegue em termos que soarão parecidos à cordialidade analisada por Sérgio Buarque de Holanda. Baseando-se no historiador Aubrey Bell, Freyre ressalta que "o caráter português dá-nos principalmente a idéia de 'vago impreciso' [...] e essa imprecisão é que permite ao português reunir dentro de si tantos contrastes impossíveis de se ajustarem no duro e anguloso castelhano, de um perfil mais definidamente gótico e europeu. O caráter português [...] é como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em quedas de água: daí passar do 'fatalismo' a 'rompantes de esforço heróico'; da 'apatia' a 'explosões de energia na vida particular e a revoluções na vida pública'; da 'docilidade' a 'ímpetos' de arrogância e crueldade'; da 'indiferença' a 'fugitivos entusiasmos', 'amor ao progresso', 'dinamismo'. É um caráter de arrojos súbitos que entre um ímpeto e outro se compraz de certa indolência voluptuosa muito oriental, na saudade, no fado, no lausperene". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 7.

[107] Cf. idem, ibidem, p. 9.

É esse colonizador português, marcado por sua plasticidade, que implantará nos trópicos uma sociedade agrária, escravocrata[108] e híbrida. Nessa sociedade, articulada ao redor de dois nichos apartados, embora complementares – casa-grande e senzala –, o patriarcalismo imperará perpassando as instituições sociais, políticas e econômicas. Não há, nesse contexto, uma clara distinção entre espaço público e privado. O patriarcalismo se impõe de tal forma a diluir os contornos mal compostos dessas duas esferas que se dissolvem sob o calor dos trópicos e em meio às reminiscências do poder patriarcal. Assim, para além dos traços adventícios da herança lusa, percebe-se que é no próprio processo de adaptação e transformação inerentes à edificação da sociedade colonial que se plasma em sua plenitude uma sociedade subordinada ao primado dos traços patriarcais e privatistas que passam a caracterizar as instituições e o caráter nacional brasileiro. De toda forma, o que se nota é que são as determinações advindas das especificidades psicoculturais ibéricas que condicionam e moldam nossa sociedade e, por via de conseqüência, nossas instituições.

A definição de um *ethos* ibérico como pedra angular na análise da indistinção entre público e privado no âmbito das instituições brasileiras é uma característica da análise de Gilberto Freyre, assim como o é também em Sérgio Buarque de Holanda. Malgrado as diferenças entre ambos, o que se nota é a existência de óbices advindos do passado ibérico a dificultarem nosso acesso à modernidade.[109] No entanto, se em ambos os casos há uma explicação de ca-

[108] A questão da suposta docilidade que caracterizaria a escravidão no Brasil, que é uma das teses de Freyre mais contestadas e efetivamente elitistas. Segundo ressalta Dante Moreira Leite, "a obra de Freyre revela uma profunda ternura pelo negro. Mas pelo negro escravo, aquele que 'conhecia sua posição' – como moleque da casa-grande, como saco de pancadas de menino rico, como cozinheira, como ama-de-leite ou como mucama da senhora moça. [...] Os documentos contemporâneos da escravidão [...] estão longe de justificar a idéia de 'doçura' nas relações entre senhores e escravos". LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro: história de uma ideologia*, p. 281. No mesmo sentido, Ademir Gebara desmascara essa relação idílica entre senhor e escravo sustentada por Freyre, que chegava ao absurdo de afirmar que era melhor ser escravo no Brasil que um operário na Europa no século XIX. Sobre as resistências dos escravos no Brasil (sobretudo mediante as fugas e o próprio suicídio) e a "dócil" legislação de repressão às fugas dos mesmos, ver: GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil* (1871-1888), p. 136-137 e 141. Aliás, o próprio Freyre admite que "não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos". FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 464.

[109] Trata-se efetivamente de uma mudança de semântica ocorrida na década de 30, que encontra em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda seus autores mais expressivos. Contudo, é fundamental notar que essa mudança na semântica social ocorre em toda uma série de autores que, no mesmo período, procuraram na definição do caráter nacional a chave explicativa da realidade brasileira. Nesses casos a ênfase da análise passa das determinantes raciais para as psicológicas, o que atesta uma semântica melhor adequada às

ráter psicossocial que atrela a compreensão do País a determinantes herdadas do passado ibérico, é certo que não se podem menosprezar as diferenças significativas existentes entre as perspectivas de Freyre e Holanda, uma vez que estas são altamente elucidativas acerca das nuances que esse *ethos* ibérico pré-moderno assume em cada uma dessas perspectivas quando se trata de analisar nosso ingresso na modernidade. Como se indicará adiante, o autor de *Raízes do Brasil* – embora não desconsidere os obstáculos impostos por nossa herança rural às alterações institucionais que já vislumbrava na década de 30 – considera altamente benquistas tais mudanças, ao passo que Freyre se mantém arraigado às tradições, de modo a enfatizar os impactos socialmente desagregadores da modernização.

Nesse contexto, a passagem do universo rural patriarcal para a sociedade moderna, marcada pela urbanização, pela industrialização e por uma articulação política incompatível com o predomínio impositivo do poder patriarcal, é encarada por Freyre com certa desconfiança, que tende a se expressar, sobretudo, nos efeitos potencialmente desagregadores e deletérios dessa passagem, da qual pode advir da desordem.[110] Em relação a esse aspecto, Freyre, apesar de suas diferenças abissais em relação à perspectiva de Oliveira Vianna,[111] em razão dessa espécie de nostalgia e valorização da tradição situa-se muito mais próximo desse autor do que de Sérgio Buarque de Holanda, que considerava profundamente deletéria nossa herança rural e o tradicionalismo por ela expresso. Aliás, Holanda era explícito ao ressaltar que

alterações sofridas pela estrutura da sociedade brasileira. Nesse contexto, portanto, não se pode deixar de aludir a obras como: *Traços da psicologia do povo brasileiro*, publicada por Tristão de Ataíde em 1934; *O conceito de civilização brasileira*, publicado em 1936 por Afonso Arinos de Melo Franco; *Introdução à psicologia social*, publicada também em 1936 por Artur Ramos etc.

[110] Baseando-se em Octávio Ianni, Adrián Gurza Lavalle ressalta, a respeito da posição de Gilberto Freyre, que "a ênfase na irrupção de tensões não mais conciliadas dentro do complexo unificador da família patriarcal figurado na casa-grande, é patente inclusive no título das obras, na discreta e proposital substituição do 'e' integrador pelo 'e' que reúne pólos já exteriorizados pela evolução histórica. Destarte, malgrado o enorme investimento de energias em firmar a tradição [...] o maior desafio não era pensar a perpetuidade dessa carga histórica imensa, cuja mole foi esculpida como 'tradição' mediante minuciosas operações analíticas, mas equacionar o problema da mudança: a passagem à ordenação moderna da sociedade, quer dizer a transição do predomínio do universo rural patriarcal – com suas práticas, valores e instituições – para a organização urbana, industrial e democrática do país". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 118.

[111] Acerca dessa ênfase nos aspectos negativos da sociedade rural para a moderna no pensamento de Oliveira Vianna, ver: ODALIA, N. *As formas do mesmo*: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna, p. 136. Para uma análise das afinidades entre Gilberto Freyre e Oliveira Vianna no que tange ao elogio da tradição, ver: LEITE, D. M. *O caráter nacional do brasileiro*: história de uma ideologia, p. 283.

a falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível de nossa desordem. [...] Se considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia para se justificar e ganhar prestígio. [...] As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação.[112]

Trata-se, aliás, de posicionamento que está, inclusive, em plena consonância com a própria função que Sérgio Buarque atribui à atividade do historiador a quem, segundo ele, não incumbe

> erigir altares para o culto do passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. [...] Não sem pedantismo, mas com um bom grão de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isso dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que ocorre.[113]

Ora, para além de uma análise do que deve ser o *métier d'historien*, para se parafrasear o célebre livro de Marc Bloch, o que Sérgio Buarque de Holanda está efetivamente a fazer é posicionar-se contrariamente a perspectivas como as de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que procuravam na tradição a solução para as misérias do presente. Daí sua pergunta que se endereça diretamente a perspectivas que enaltecem a tradição: "será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organizar a sociedade?".[114]

A resposta a essa pergunta não poderia ser outra. Se ao historiador incumbe exorcizar os demônios do passado (no caso brasileiro esses demônios

[112] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 33. Aliás, a esse respeito, Maria Odila Leite da Silva Dias ressalta que o elogio feito por Freyre à tradição expressa pela família patriarcal fazia com que Sérgio Buarque de Holanda se referisse ironicamente a ele como "Senhor de Apicucos". Cf. DIAS, M. O. L. S. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 192.

[113] HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. XVI.

[114] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 33.

se expressam em nossa herança rural, personalismo, nas relações mediadas pelo afeto e não pela razão, etc.), então não é possível, tal como pretendiam Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, se manter arraigado a um passado que, no Brasil, expressa justamente o mandonismo decorrente de um poder patriarcal que a tudo invade e que obstrui a passagem a uma forma de ordenação moderna da sociedade. Como se verá adiante, Sérgio Buarque de Holanda, malgrado não desconsidere o peso de nossa herança ibérica, ou seja, na permanência de um *ethos* pré-moderno, que dificulta nosso acesso à modernidade, não se conforma em simplesmente descrever esse estado de coisas e propor uma volta ao passado como forma de corrigir "as misérias do presente". Quanto a esse aspecto, sua perspectiva difere claramente da de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Não se mascaram as dificuldades de superação da herança rural, que nos prendem à pré-modernidade. Entretanto, não se aceita nem muito menos se valoriza a tradição nesse contexto. A obra de Sérgio Buarque de Holanda, ao contrário do que pensam alguns analistas, como Jessé Souza, não exclui a modernidade do horizonte brasileiro.[115] Ao contrário, tal como ressalta Maria Odila Leite Silva Dias, o autor de *Raízes do Brasil*, mesmo reconhecendo as tensões existentes no processo de transição histórica de formas de organização social pré-modernas para as modernas,

> partia de perspectivas otimistas de renovação e de esperança: libertar-se das forças de dominação, superar as condições de alienação dos brasileiros com relação ao trabalho e à comunidade, criar novas formas de convívio e construir classes sociais capazes de gerar valores novos através dos quais pudessem assegurar seu predomínio.[116]

É preciso, portanto, desvencilhar-se do passado e não se esconder por detrás dele.[117]

---

[115] Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 161-168. Contrariamente à tese sustentada por Jessé Souza, ver: MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro*: aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 227 e ss.; ——. [illegible] brasileiro sem nenhum caráter (Sérgio Buarque de Holanda e o "homem cordial"). In: RIBEIRO, M. T. R. *Intérpretes do Brasil*: leituras críticas do pensamento social brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. p. 71.

[116] DIAS, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, p. 13.

[117] Para uma comparação entre Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna a esse respeito, ver idem, ibidem, p. 12. Para uma análise da perspectiva de Oliveira Vianna, sobretudo a partir da obra *Populações meridionais do Brasil*, na qual se consigna a análise da passagem de uma sociedade rural para a moderna que

Contudo, apesar dessa diferença de posicionamento entre Freyre e Holanda em relação à transição para a sociedade moderna (que é extremamente significativa e será melhor analisada no próximo capítulo), não se pode desconsiderar que há inúmeras e importantes afinidades entre esses dois autores. Tal como já ressaltado acima, ambos partem de condicionantes psicossociais para explicar as especificidades sociais e institucionais do País.[118] Em um e outro, o fardo do passado ibérico e o modo pelo qual se desenrolou o processo de colonização é que geram efeitos deletérios à nossa sociedade. Na célebre frase que encerra o primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, enfatizando as determinantes adventícias de nossa origem lusitana, em certo sentido, condensa sua tese, ao afirmar que

> no caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.[119]

Nota-se, portanto, que é a herança ibérica que dá feição ao processo de formação da sociedade brasileira. São as determinantes psicológicas adventícias de Portugal – expressas no individualismo, no personalismo, no espírito avesso ao trabalho que fundamenta a ética da aventura e na cordialidade – que moldarão o nosso caráter nacional (matéria amorfa que recebe sua forma do

---

deveria ser baseada num Estado centralizador e forte que fosse capaz de enfrentar o "caudilhismo" pulverizado pelo território nacional, ver: GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 507-510.

[118] Já no início de *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda ressalta que "a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico de consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje desterrados em nossa terra". HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 31. A esse respeito, Maria Odila Leite Silva Dias salienta justamente a influência de Hegel nas análises históricas de Sérgio Buarque. Segundo ela, Sérgio Buarque de Holanda valia-se do conceito da dialética hegeliana para expressar a mudança no processo histórico, as tensões do devir, o movimento e confronto de forças contraditórias [...]. Era através desse confronto de forças contraditórias que estudava as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores, até chegarem a superar as formas importadas da Península Ibérica [...]. DIAS, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, p. 17.

[119] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 40.

ethos lusitano).[120] Assim, formamo-nos sob a égide da aventura e não do trabalho, ao qual teríamos verdadeira aversão. Ao comparar a ética do trabalho à da aventura, enquanto expressão de dois tipos ideais na acepção weberiana,[121] Holanda ressalta que

> existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.[122]

Essa distinção é importante, em primeiro lugar, porque serve para mostrar que a colonização e exploração dos trópicos pelo colonizador português não se deram de forma metódica e racional, mas sim com o desleixo próprio do tipo aventureiro, que não era afeito a lides metódicas, procurando, isto sim, riqueza fácil que não lhe custasse trabalho. Esse espírito de aventura está na base do sucesso do empreendimento colonizador português. Trata-se de uma característica cultural que expressa a plasticidade desse colonizador, indispensável à adaptação ao meio. Aliás, em relação a esse aspecto, também há uma clara afinidade entre Freyre e Holanda. O malogro da colonização holandesa é ressaltada por ambos os autores como forma de enfatizar esse traço psicossocial peculiar ao português, que lhes permitiu uma adaptação mais efetiva aos trópicos.[123]

---

[120] Ao abordar um dos aspectos psicológicos fundamentais que está na base de nossa herança ibérica, Sérgio Buarque ressaltava que "é significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica. [...] Quais os fundamentos em que se assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar? [...] Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além Pirineus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais". Idem, ibidem, p. 32.

[121] O caráter tipológico de perfil weberiano que caracteriza os tipos ideais "aventureiro" e "trabalhador" é claramente expresso por Sérgio Buarque de Holanda quando este, referindo-se a esses tipos, enfatiza que "é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das idéias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais". HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 44-45.

[122] Idem, ibidem, p. 44.

[123] Para uma comparação entre Holanda e Freyre a esse respeito, inclusive no que concerne à ausência de qualquer orgulho de raça, ver: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 62-66, e FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 17 e ss.

Contudo, tal como destaca Sérgio Buarque de Holanda, a lida da terra, com sua labuta diária a meter suor na testa e ocupar o dia com obrigações rotineiras e metódicas, era absolutamente incompatível com a ética da aventura que embasava o empreendimento colonizador português. É por essa razão que Sérgio Buarque de Holanda, não obstante enfatize nossa herança rural, sublinha que nossa exploração no novo mundo foi meramente predatória, sem cuidado ou método, razão pela qual

> não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse a emigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza.[124]

Já desde Portugal o trabalho braçal – e inclua-se aí obviamente a lida da terra – era desqualificado: coisa de mouro, daí o verbo "mourejar" para referir-se a essa situação que não dignifica, mas, ao contrário, desqualifica o indivíduo proveniente de uma terra em que todos querem ser fidalgos. Ora, trata-se de outro traço da psique lusa que herdamos de nosso colonizador e que deitará raízes profundas em nossa sociedade. Em todo caso, o que Sérgio Buarque enfatiza é que se trata de uma determinante psicológica advinda já do velho continente, pois, segundo ele, "uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia".[125]

Ora, a alusão a essas especificidades psíquicas e culturais do colonizador ibérico no contexto da argumentação desenvolvida neste livro não é gratuita, uma vez que serve para indicar o teor de uma análise que atrela à matriz ibérica de nossa colonização as mazelas de nossa formação social. É no fardo de nosso passado, condicionado por essas características psicológicas e culturais, que se encontra a explicação de nossas especificidades. Da ética da aventura, e sua consonância estreita com a aversão ao trabalho, decorrerão peculiaridades

---

[124] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 49.

[125] Idem, ibidem, p. 38.

próprias à nossa sociedade, tais como a incapacidade de organização e falta de coesão social. Os efeitos desse legado que nos foi deixado pelo lusitano de antanho é bem ressaltado por Holanda quando este aborda a peculiaridade de nossa formação, uma vez que, segundo ele, torna-se compreensível que

> a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente, o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles.[126]

Relacionado e enfatizando esse aspecto que decorre do espírito aventureiro de nosso colonizador está o personalismo que caracterizaria os ibéricos. O culto à personalidade que, segundo Sérgio Buarque, seria o traço mais decisivo da cultura ibérica não é passível de servir como elemento da coesão social. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

> em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. [...] O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e de uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.[127]

Assim, não é por outra razão que Sérgio Buarque critica o culto nostálgico de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre ao passado como solução ao problema da coesão de nossa vida social, pois, tal como já indicado anteriormente, na perspectiva de *Raízes do Brasil*, essa falta de coesão não seria um problema moderno, e sim uma decorrência do próprio perfil psicológico e cultural que herdamos de nosso colonizador. Nesse sentido, a falta de coesão é herança, e não aquisição que tenhamos contraído no decurso de nossa história. Portanto, esse

---

[126] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 39.
[127] Idem, ibidem, p. 61.

retorno à tradição, propugnado, por exemplo, por Oliveira Vianna, é claramente refutado por Sérgio Buarque, mesmo porque "o processo de colonização teria, a seu ver, acentuado nos portugueses certas peculiaridades de comportamento anti-sociais e de alienação com respeito ao trabalho, à paisagem e à vida comunitária, já existentes na sociedade aristocratizada do Velho Reino".[128]

O que ocorre, portanto, é o recrudescimento de aspectos psicológicos e sociais já existentes em Portugal que acentuam a falta de coesão e unidade da sociedade brasileira. Por um lado, a escravidão e o sistema da grande lavoura teriam aprofundado o preconceito ibérico a qualquer forma de trabalho manual e contribuído para agravar suas relações predatórias com a natureza e a indiferença em relação ao amanho da terra,[129] por outro, a sociedade colonial estruturada no meio rural e fundada na família patriarcal somente poderia gerar uma sociedade voltada à valorização do ganho fácil e pautada por uma certa incapacidade em distinguir o domínio público do privado, uma vez que essa sociedade patriarcal que se formou no domínio rural, segundo as normas clássicas do direito romano, em que o *pater-familias* detém imensa e incontestável autoridade, seria tão poderosa que se estenderia para além do domínio doméstico.[130] É por essa razão que Sérgio Buarque de Holanda ressalta que

> o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede, sempre, a entidade pública. [...] O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.[131]

Desnecessário afirmar que, nesse contexto, o modo pelo qual a herança ibérica deu forma à matéria que encontrou no novo mundo gerou, no plano institucional, conseqüências deletérias e perniciosas. Num contexto em que, por força de nossa herança rural, o público é invadido pelo privado, uma vez que o poder patriarcal se espraia de tal ordem a perseguir os indivíduos mesmo fora do domínio doméstico, a organização jurídico-institucional ficaria cla-

---

[128] DIAS, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, p. 14.
[129] Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 66-70.
[130] Idem, ibidem, p. 80-81.
[131] Idem, ibidem, p. 82.

ramente comprometida. Daí que, tomadas em consideração essas premissas, Sérgio Buarque de Holanda estivesse habilitado a concluir que, no plano propriamente jurídico, "as constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul".[132] A herança rural, e os vínculos pessoais e emotivos que decorrem da família patriarcal, fragilizariam nossas instituições, que apareceriam sempre claudicantes e titubeantes diante do mando de um poder enraizado na tradição patriarcal. O poder político se aproxima do poder paternal, pois "a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos".[133] Num tal contexto torna-se compreensível que Getúlio Vargas antes de ser chefe de Estado seja o "pai do povo". O clientelismo político encontra-se, deste modo, enraizado numa tradição que remonta à nossa matriz ibérica.

Visto o espaço público como mera extensão do espaço privado, em que perduram os traços próprios do patriarcalismo rural, nada mais natural do que encontrar na vida política e na administração pública os traços característicos do patrimonialismo que leva à subordinação do interesse geral aos fins particularistas de grupos que desvirtuam a esfera pública com interesses que lhes são próprios e não coletivos. É nesse contexto que Sérgio Buarque de Holanda recupera o conceito weberiano de patrimonialismo para analisar as especificidades arcaicas e negativas de nossa gestão pública, pois não haveria entre nós a especialização das funções que é típica dos Estados burocráticos e que servem de cerne a garantias jurídicas e igualitárias aos cidadãos. Diante de uma conjuntura como essa, em que a herança rural permanece como determinante fundamental nas relações sociais mesmo para além do domínio familiar, o diagnóstico não poderia ser outro:

> não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário "patrimonial" do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias jurídicas aos cidadãos.[134]

[132] Idem, ibidem, p. 182.
[133] Idem, ibidem, p. 85.

O que se observa, portanto, é a obstrução de uma ordenação institucional pautada pela impessoalidade. O mérito é subjugado pelo apadrinhamento, o nepotismo, fundado supostamente em vínculos de confiança pessoal, serve para aparelhar a administração estatal com funcionários que estão vinculados aos seus interesses particulares e ao mando de quem lhe franqueou o acesso à sua posição.

Daí que seja a cordialidade, firmemente arraigada aos padrões de convívio rural que se articula ao redor do poder patriarcal, o elemento fundamental que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, define o "caráter nacional do brasileiro". Contudo, cordialidade não no sentido de polidez, lhaneza no trato, hospitalidade, etc. O "homem cordial" é regido por sua emotividade pura, impetuosa e, por vezes, bruta.[135] Uma emotividade que encontra base em traços psicológicos ancestrais, herdados de nossa matriz ibérica, os quais, entretanto, são ainda mais reforçados pela forma rural por meio da qual se organi-

[134] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 146. Raymundo Faoro critica essa passagem de Sérgio Buarque de Holanda, indicando um desvio de leitura relativamente ao papel que Weber atribui ao funcionário patrimonial. Segundo Faoro, em Weber, o funcionário patrimonial não é aquele que gere a coisa pública em prol de seu interesse particular, como afirma Sérgio Buarque de Holanda no extrato citado, mas aquele que executa a gestão como "puro assunto pessoal do senhor". Por essa razão Faoro conclui que Holanda não teria querido dizer que a ordem político-social brasileira era patrimonialista. Ao contrário, segundo Faoro, o patrimonialismo seria impossível, como ordem pública, em razão do patriarcalismo que não se desvencilha da ordem privada. Cf. FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: MELLO E SOUZA, A. C. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, p. 61.

[135] Tal como enfatiza Sérgio Buarque, a expressão homem cordial, cunhada por Ribeiro Couto em carta dirigida a Alfonso Reyes, não pode ser confundida com bondade, amabilidade etc. Daí sua polêmica com Cassiano Ricardo, que a interpretava nesse sentido. Segundo Sérgio Buarque, "pela expressão 'cordialidade', se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em 'bondade' ou em 'homem bom'. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado". HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 204, nota n. 6.

zou a sociedade colonial brasileira.[136] Ora, esse "caráter nacional", regido pela emotividade, engendra graves óbices a uma articulação social pautada por valores impessoais e à estabilização de interesses coletivos. A socialização no espaço público fica sensivelmente comprometida por laços de amizade e compadrio que obstruem a consolidação de normas gerais e impessoais extensíveis a todos. A sociabilidade no espaço público carrega consigo o estigma de um *ethos* pré-moderno que nos é legado por nossa matriz lusitana e robustecido pelo ruralismo que marcou a estrutura da sociedade colonial brasileira. É nesse sentido que Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que "o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade".[137]

Observa-se, portanto, que as condicionantes psicossociais elencadas por Sérgio Buarque de Holanda tomam o estatuto de fatores explicativos de nossa especificidade social, política e institucional. Não se implementa no Brasil a separação entre o domínio privado e o público, o que, na ótica de *Raízes do Brasil*, é profundamente deletério, pois, tal como ressalta Sérgio Buarque, "o Estado não é uma ampliação do círculo familiar [...]. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição".[138] Contudo, nessa perspectiva, enquanto perdurar a influência do poder patriarcal de origem rural, a esfera privada continuará servindo de modelo à pública[139] e, num tal contexto, o que há é subordinação de fins públicos a interesses domésticos.

[136] Alguns historiadores preferem denominar o período colonial da história do Brasil de "América portuguesa", pois enfatizam que, nesse período, o Brasil não era propriamente o "Brasil". Cf. MELLO E SOUZA, L. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial, p. 17.

[137] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 148. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, ao analisar a questão da cordialidade, ressalta que "a figura do homem cordial representou este aspecto conciliador das elites, preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesses particulares, familiares e oligárquicos. Através da metáfora da cordialidade referia-se à preocupação das elites dirigentes brasileiras de manter uma aparente harmonia, assim como a sua capacidade de reagir com violência, quando os condiarcos pessoais não bastavam". DIAS, M. O. L. S. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, p. 26.

[138] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 141.

[139] A esse respeito, Faoro observa que Holanda, ao tratar da relação entre a comunidade política e a família, recupera um velho debate filosófico que se expressa, por exemplo, nas críticas que John Locke fez a Robert Filmer no *Primeiro tratado sobre o governo*. Cf. FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras, p. 62-63.

Em razão dessa análise, surgem interpretações acerca da obra de Sérgio Buarque de Holanda que vislumbram nesta uma perspectiva que considera obstruído o acesso da sociedade brasileira à modernidade. Nessa linha de interpretação, Jessé Souza inclui Sérgio Buarque naquilo que ele denomina "sociologia da inautenticidade", que consideraria o Brasil um caso abortado de acesso à modernidade. Enfatizando, sobretudo o quinto capítulo de *Raízes do Brasil* (que trata do homem cordial), Souza assevera que do personalismo ibérico e da herança rural decorreriam fatores impeditivos do desenvolvimento de um Estado racional democrático. Desse modo, sua conclusão é a de que "a burocracia racional, enquanto princípio contíguo que corporifica a possibilidade de um trato objetivo e conseqüentemente igualitário das questões políticas, não pode desenvolver-se como um elemento autônomo nesse contexto".[140] Trata-se, entretanto, de uma interpretação que congela no tempo um diagnóstico histórico que não era visto por Sérgio Buarque como insuperável. Souza centra sua atenção no capítulo que trata do "homem cordial", deixando de lado considerações importantes que são feitas nos capítulos subseqüentes, especialmente no último, que trata de "nossa revolução". De uma análise como a de Souza somente pode advir a conclusão de que a sociedade brasileira está fadada a permanecer atrelada a arcaísmos que impedem seu acesso à modernidade. O patrimonialismo – decorrente da herança rural e do personalismo, que se constitui como o dado mais relevante da psique ibérica – se coloca como fator impeditivo do desenvolvimento de uma forma de organização burocrática e racional do Estado.

Contudo, tal como se será analisado em maior profundidade no próximo capítulo, a descrição feita em *Raízes do Brasil* relativamente às condicionantes de nosso passado colonial não exclui a possibilidade do estabelecimento de uma ordem política racional e, portanto, moderna, pautada pela impessoalidade e não mais pelo personalismo e o caráter emotivo que são típicos do homem cordial. Aliás, em momento algum, Sérgio Buarque de Holanda toma o homem cordial como uma espécie de figura ontológica cujos dados seriam essencialmente indeléveis e imutáveis. Ao contrário, sua análise caminha no sentido de

[140] SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 166. Para uma análise de semelhante teor, ver: ———. Elias, Weber e a singularidade da cultura brasileira. In: WAIZBORT, L. (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 80-83.

demonstrar a paulatina impossibilidade de manutenção dessas características em função da abolição da escravidão e do processo de urbanização.[141] É nesse sentido que, acertadamente, Adrián Gurza Lavalle ressalta que

> assim como o homem cordial para Sérgio Buarque de Holanda, a sociabilidade patriarcal e sua correspondente cultura política encontram-se fadadas à desaparição [pois] a constituição da geografia urbana do público e do privado veio acompanhada da consolidação de instâncias políticas à margem do controle direto dos poderes familiares e, nesse sentido, registra-se uma tendência a certa forma de impessoalização do Estado.[142]

Aliás, não é por outra razão que significativos analistas da obra de Sérgio Buarque apontam para a superação dos arcaísmos que nos prendem a uma sociedade pré-moderna.[143] A superação das raízes ibéricas, que historicamente jamais foi refutada por Sérgio Buarque de Holanda, faria com que a democracia deixasse de ser entre nós um "lamentável mal-entendido".[144]

Não se trata aqui de aprofundar a análise de todas as nuances que permeiam a obra *Raízes do Brasil*. A intenção dessa breve reconstrução foi simplesmente recuperar o argumento geral de uma explicação de perfil psicossocial acerca da formação do Brasil e das especificidades de suas instituições. A presente análise é, nesse sentido, assumidamente parcial e lacunar. Seu intuito consistiu apenas em mostrar como as condicionantes psicológicas e culturais, herdadas do passado ibérico e reforçadas pelo caráter rural e escravista de

[141] Não é por acaso que Sérgio Buarque considera o ano de 1888 (data da abolição da escravidão) como um marco divisório entre duas épocas na história do Brasil, pois assinala o fim do predomínio agrário. De outro lado, o quadro político instituído, no ano seguinte, com o advento da República também tem relevância na composição de uma nova ordem social. Ressalta-se aqui o declínio dos centros de produção agrária, que têm como contrapartida a crescente urbanização. Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 73 e 171 e ss.

[142] LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 126.

[143] Brasílio Sallum Jr., para citar apenas um exemplo, ao analisar *Raízes do Brasil*, ressalta que essa obra termina com um "tom otimista", pois "haveria certas características na formação nacional que favoreceriam o seu trânsito para uma forma verdadeiramente democrática de sociedade. Forma que não haveria de ser artificial e imposta, mas teria que nascer organicamente da sociedade brasileira em seu conjunto". SALLUM JR., B. Sérgio Buarque – Raízes do Brasil. In: MOTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 1., p. 256. Ver nota 14 *supra*.

[144] Essa frase de Sérgio Buarque de Holanda, muitas vezes mal interpretada, gera a impressão de que haveria um quadro rígido e intransponível em *Raízes do Brasil*. Contudo, o que esse autor pretende com ela enfatizar, no contexto do livro, é a incompatibilidade dessa forma de governo com os resquícios do patriarcalismo rural. Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 160.

nossa sociedade colonial, não se afiguram para Sérgio Buarque de Holanda como indeléveis e insuperáveis. Há, em *Raízes do Brasil*, a perspectiva da superação das condicionantes pré-modernas. Fatores históricos concretos (abolição e urbanização) são apontados como índice da derrocada de nossa herança ibérica personalista, que se hipostasia no homem cordial.[145] Na obra *Raízes do Brasil* estaríamos aptos, em última análise, a superar as "raízes do Brasil".

Todavia, tal como se analisará adiante, essa superação de nossas raízes ibéricas, que nos franquearia o acesso à modernidade, ou seja, a uma forma de organização social desvencilhada dos vínculos pessoais e emotivos que são próprios de uma sociedade que se articula ao redor do modelo privatista de ordem patriarcal, não implica, no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, descaracterização de nossas especificidades.[146] Nossa modernização não se faria por decreto nem nossa sociedade se tornaria francesa ou alemã por opção. Enquanto historiador que era, Sérgio Buarque certamente concordaria com a assertiva de Alexis de Tocqueville, segundo a qual os povos sempre guardam marcas de sua origem.[147] É por essa razão que o autor de *Raízes do Brasil* era avesso à imposição de formulações abstratas que não têm relação com as formas de vida concretas de cada país, mesmo porque "as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se 'fazem' ou se 'desfazem' por decreto".[148] No próximo capítulo será demonstrado que a obra de

[145] Referindo-se a Sérgio Buarque de Holanda, o historiador Edgard S. de Decca ressalta que "devemos encarar a sua percepção do homem cordial, não como um dado imutável e irreversível de nossa formação, mas como sistema de referências em permanente mudança, em movimento e em transformação. A percepção aguda da cordialidade não a congela, não a isola, mas situa-a no que ele chamaria de corrente móvel dos acontecimentos". DECCA, E. S. Ensaios de cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda. In: AXT, G.; SCHÜLER, F. (Org.). *Intérpretes do Brasil*: ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 227.

[146] Tal como ressalta Maria Odila Leite da Silva Dias, Sérgio Buarque de Holanda, "através de parâmetros comparativos, principalmente da história moderna e contemporânea, européia e norte-americana, procurou destacar traços genuinamente peculiares do Brasil e reconstruir aspectos do processo de formação da sociedade e da mentalidade dos brasileiros na própria fluidez do seu vir-a-ser, libertando-se de esquemas e preconceitos acadêmicos". DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador, p. 9.

[147] A frase de Tocqueville "os povos guardam sempre as marcas de sua origem" é utilizada por Jessé Souza para iniciar sua análise do caso norte-americano, entendido como um dos processos seletivos de modernização. Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 129. De fato, Tocqueville sempre foi atento às diferenças e especificidades de cada sociedade. Segundo Célia Galvão Quirino, para o autor de *A democracia na América*, "cada país, cada nação terá seu próprio desenvolvimento democrático". QUIRINO, C. G. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. v. 2, p. 154.

[148] HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 161.

Sérgio Buarque de Holanda permite pensar nosso ingresso na modernidade sem que isso implique uma importação homogeneizada de instituições que não são próprias à nossa sociedade. Neste momento o que importa notar é que essa possibilidade de acesso à modernidade é excluída pela análise de Raymundo Faoro.

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro realiza uma análise em que a predominância do patrimonialismo no Brasil, que teria sido herdada de Portugal, serviria de óbice ao nosso acesso à modernidade. Remontando sua abordagem à formação do reino português, Faoro procura mostrar que em suas especificidades já estaria inscrito o patrimonialismo que, séculos mais tarde, marcaria de modo indelével a cultura política e as instituições brasileiras. Estaria, portanto, posta já em nossa matriz ibérica a posterior incapacidade dos brasileiros em distinguir o domínio público do privado.[149] No Estado português o rei, aliado ao povo, domestica a nobreza, que não é eliminada, mas acostumada a genuflexões sistemáticas diante do poder real que a tudo hauria, na mais perfeita consonância com a tradição visigótica da qual provinha sua autoridade incontestável. Forma-se, assim, já em Portugal, o Estado patrimonial que, segundo Faoro, "implacável nos seus passos, não respeitará o peso dos séculos, nem os privilégios da linhagem antiga".[150]

É nesse contexto que o rei se torna o primeiro comerciante do reino, de modo que a própria expansão ultramarina se transformará em empreendimento seu. Aliás, tendo a Revolução de Avis afastado de Portugal formas semelhantes ao feudalismo, consolida-se o patrimonialismo que se instaura de modo a que o monarca se erija sem intermediários que o apartem do povo.[151] Decorre

[149] Referindo-se a Portugal, esse reino aguerrido, que teria se erigido sob o império da guerra, Raymundo Faoro ressalta que "a coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural [...], cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiam mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe". FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 4.

[150] Idem, ibidem, v. 1, p. 10.

[151] Aliás, a esse respeito, há que notar que Faoro, ao criticar a tese da existência do feudalismo em Portugal, a qual era propugnada por toda uma tradição da historiografia marxista, ressalta que "patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente. Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras do comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com

daí o que Faoro denomina "capitalismo de Estado", em que o monarca, apoiando-se na burguesia, consolida a estrutura patrimonial, que passa a abranger, dentro do Estado, ao lado da nobreza, também a classe burguesa. Entretanto, diante de ambos, a supremacia do soberano paira incontestável.[152] Enquanto agente econômico extremamente ativo, o monarca precisa aparelhar o Estado e o faz mediante a organização político-administrativa, juridicamente planejada e sistematizada, de uma corporação de poder que se estrutura numa comunidade que Faoro denominará "estamento". Contudo, o estamento não é classe,[153] mas sim um grupo de comando que é típico de sociedades em que a economia não é regida pelo mercado, como é o caso especificamente do Estado patrimonial português.[154] É, nesse sentido, que os "estamentos governam, as classes negociam. 'Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais' (econômicas)".[155]

O curioso é notar que entre estamento e classe há uma relação complexa de dependência e desprezo.[156] O estamento ostenta pompas e se funda num perfil aristocrático que não se estende às classes das quais, não obstante, provém o seu sustento: "o Estado, envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática, se alimenta de uma classe, a classe comercial, que ele despreza e avilta".[157] Só o rei, que paira soberano sobre ambos, é capaz de conciliar sem mácula a mercancia típica das

o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo e expressão. Além disso, o capitalismo dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais". FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 18.

[152] Cf. idem, ibidem, v. 1, p. 45 e ss.

[153] Laura de Mello e Souza enfatiza muito bem esse ponto ao ressaltar que "o grupo de comando não era, então, uma classe, mas um estamento. A diferença entre um e outro reside no fato de a primeira ser determinada economicamente, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma camada social [...] Aliado ao Estado português, o estamento propiciou-lhe a organização política capaz de empreender a aventura ultramarina, que nunca poderia ter sido obra de particulares. [...] A nobreza ociosa e ostentatória nutria-se da economia dirigida pelo estamento. A corrupção grassava, e o cargo conferia nobreza: onde havia comércio, estabelecia-se um aparelho administrativo: 'a administração segue a economia, organizando-a para proveito do rei, senhor e regente do tráfico". MELLO E SOUZA, L. Raymundo Faoro – Os donos do poder. In: MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 1, p. 338.

[154] Cf. FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 46.

[155] Idem, ibidem, v. 1, p. 47.

[156] Em *Os donos do poder* há sempre a insistência na distinção entre estamento e classe social. A esse respeito, ver: idem, ibidem, v. 2, p. 741-742. Para uma análise da diferença entre classe e estamento a partir da obra de Machado de Assis, ver: ———. *Machado de Assis*: a pirâmide e o trapézio, p. 3-9.

[157] FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 75.

classes comerciais e a altivez moral reivindicada pelo estamento.[158] A alusão à busca ávida por cargos serve para caracterizar o patrimonialismo enquanto organização política básica que, por meio do estamento, se fecha sobre si mesmo. Faoro ressalta que esse estamento ostenta um perfil claramente burocrático, porém não da burocracia no sentido moderno, como aparelhamento racional (a influência de Weber aqui é marcante),[159] mas como apropriação de cargo. Na base disso está a articulação entre o estamento e as classes comerciais, que abastecem de numerário as despesas dessa comunidade do mando. Tudo com a mediação do rei, ao mesmo tempo chefe de Estado e comerciante, o que torna o capitalismo politicamente orientado.[160]

Ora, na perspectiva de Raymundo Faoro, a sociedade brasileira e, sobretudo, nossas instituições políticas e jurídicas, revestir-se-ão das mesmas características que marcam o Estado português desde sua origem. É, portanto, à sociedade portuguesa – que (parafraseando Sérgio Buarque de Holanda) deu forma à brasileira, legando-nos suas instituições e todos os arcaísmos que lhes eram inerentes – que se deve nosso perfil político, jurídico e institucional atual. Nossa matriz ibérica condicionou nosso desenho institucional, sedimentando-o no estamento burocrático de perfil patrimonialista, ao redor do qual todos gravitam ávidos por cargos.[161] Não se trata, obviamente, de recuperar a extensa e detalhada análise feita por Faoro nos dois tomos que

---

[158] Tal como ressalta Faoro, "o rei acumula dois títulos: a regência e o senhorio. A regência, que se vincula ao reger e ao título de rei, abrange a 'jurisdição sobre todos os que vivem no seu reino', sem o poder de dar e vender o que é dos vassalos. O rei só tem a dignidade real no reino; fora dele, nas terras e mares a descobrir, intitula-se senhor". FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 77.

[159] O historiador Edgar Carone enfatiza a influência weberiana na obra de Faoro, não obstante minimize sua importância. Segundo ele, "Faoro é importante, mas não é fundamental. É importante como uma leitura weberiana da literatura histórica". CARONE, E. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversa com historiadores brasileiros*, p. 61. Na segunda edição de *Os donos do poder*, Faoro afirma que, apesar de seu próximo parentesco, não segue o pensamento de Max Weber. Contudo, tal como enfatiza René G. Gertz, o conhecimento de Weber é fundamental à compreensão da análise de Faoro. Cf. GERTZ, R. E. Raymundo Faoro. In: AXT, G.; SCHÜLER, F. (Org.). *Intérpretes do Brasil*: ensaios de cultura e identidade, p. 282 e ss.

[160] Idem, ibidem, p. 84-85. Jessé Souza ressalta que "a dominação patrimonial é compatível com uma economia monetária, mas não com uma economia monetária desenvolvida em todas as suas consequências como no capitalismo de mercado. Os atributos de calculabilidade, previsibilidade e racionalidade faltam ao patrimonialismo". SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 170.

[161] Segundo Jessé Souza, "a tese do livro de Faoro é clara desde o início: sua tarefa é demonstrar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro. Esse caráter patrimonialista responderia, em última instância, pela substância intrinsecamente não-democrática, particularista e baseada em privilégios que sempre teria marcado o exercício do poder político no Brasil". SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 168.

compõem *Os donos do poder*. Uma digressão desse porte desviaria o foco do propósito deste livro, que consiste em mostrar o modo pelo qual esse autor exclui o processo de modernização (entenda-se por tal a racionalização burocrática do aparelho estatal) do nosso horizonte de possibilidades, atrelando o Brasil a uma forma de dominação patrimonial pré-moderna, herdada de Portugal e mantida no decorrer da formação da sociedade brasileira. A esse respeito, tal como ressalta Faoro, "de D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, 'à travessia do oceano largo'".[162] Uma vez que a própria expansão ultramarina foi essencialmente negócio do rei, instaurou-se no Brasil um capitalismo politicamente orientado, em que a classe política supervisiona os negócios como se privados seus fossem. Assim, ressalta Laura de Mello e Sousa, "durante todo esse tempo, o patrimonialismo estatal se manteve, [com] os olhos voltados para a especulação, o lucro e a aventura".[163]

Nesse particular é muito elucidativa a correção que Raymundo Faoro faz à citação realizada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, no que tange ao papel do funcionário patrimonial. Segundo Faoro, haveria um desvio interpretativo do pensamento de Weber em Sérgio Buarque que o levaria a asseverar que o funcionário patrimonial gere a coisa pública conforme seu interesse particular.[164] Ao corrigir Sérgio Buarque, mostrando que não é a gestão voltada ao interesse particular que caracteriza o funcionário patrimonial, mas sim o fato de ele gerir a coisa pública como "assunto pessoal do senhor",[165] Faoro nos dá mostra de o quanto ele considera importante essa centralização, que é um dos traços do patrimonialismo. Assim, não obstante haja desvio de gestão da coisa pública na análise dos dois autores, o que se nota é que, se em *Raízes do Brasil* o que há é um poder patriarcal que, advindo de nossa herança rural, obnubila os limites entre o público e o privado, em *Os donos do poder*, o que se observa é que esse mesmo desvio se dá não por uma reminiscência patriarcal de origem rural, mas pela formação de um estamento burocrático

---

[162] FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 2, p. 733.

[163] MELLO E SOUZA, L. Raymundo Faoro – Os donos do poder, p. 354.

[164] Cf. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, p. 146.

[165] Cf. FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras, p. 61.

que gere a coisa pública como assunto do senhor.[166] No primeiro caso, portanto, há patriarcalismo, em que a subordinação do público ao privado ocorre em função da ingerência de grupos sociais que procuram implementar seus interesses particularistas sobrepondo-os ao bem público, enquanto, no segundo, há o patrimonialismo hipostasiado no estamento burocrático e, portanto, o próprio aparato estatal gerindo a coisa pública de modo a subordiná-la ao interesse dos donos do poder.[167]

Num contexto como esse em que impera um patrimonalismo estamental estruturalmente fechado e burocratizado, que perpassa sobranceiro aos séculos, transferindo-se imaculado de Portugal ao Brasil, não há espaço para a instauração de instituições modernas no sentido de serem pautadas por uma racionalidade legal (formal) e não patrimonial. Como aludir à legalidade num contexto em que o estamento se coloca acima da sociedade? Tal pergunta ganha especial relevância quando se leva em consideração que "o estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas. As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras".[168] É por essa razão que Faoro, aludindo a Nestor Duarte, ressalta que:

> a legalidade teórica apresenta, ressalvada a elegância da frase, conteúdo diferente dos costumes, da tradição e das necessidades dos destinatários da norma. Um sarcástico historiador pedia, para remediar o desacerto, que se promulgasse uma lei para tornar as outras obrigatórias. "O nosso jurismo" – escreve Nestor Duarte – "como o amor a concepções

[166] Referindo-se ao estamento numa perspectiva comparativa com Sérgio Buarque de Holanda, Faoro observa que o estamento provoca "a circulação interna, capaz de refrigerar os ânimos mais decepcionados. Na verdade, os políticos substituem os políticos, sem as mágoas que causam as revoltas, seja pela certeza de que o poder é móvel – hoje eu, amanhã você –, mas sobretudo porque sem a boa vontade do chefe supremo tudo estaria perdido, inclusive os meios de vida, o próprio e o da parentela. De onde vinham os representantes do povo, senão do próprio Estado?". Idem, ibidem, p. 65. No mesmo sentido, ver: ——. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 2, p. 737.

[167] Adrián Gurza Lavalle nota, a esse respeito, que, quando comparado a autores que tratam do privatismo que assombra as instituições brasileiras, "Faoro opera inversão radical nos termos usuais do debate, pois na sua interpretação da 'formação do Brasil', o pólo privado – isto é, a sociedade, o povo, as classes – aparece totalmente subjugado pela pujança da autonomia do Estado e do estamento burocrático. [...] Assim, no caso de Faoro, a perversão do espaço público não provém do pólo privado da sociedade, mas da própria forma de estruturação do poder público". LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional*: leituras brasileiras, p. 197, nota 19.

[168] FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 1, p. 47.

> doutrinárias, com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir formas políticas adotadas, é bem a demonstração do esforço por construir com a lei, antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar".[169]

O plano normativo precede aos fatos. O que se busca é construir, pela lei, a ordem política e a vida pública. Contudo, a lei não só está em descompasso com os costumes e tradições históricas, os quais simplesmente desconsidera, mas com o estamento que, por estar acima das classes sociais, não se subsume ao formalismo igualitário típico de onde impera o domínio das leis.[170] É por isso que Raymundo Faoro, ao ressaltar a cisão entre estamento e sociedade, assevera que "as duas partes, a sociedade e o estamento, desconhecidas e opostas, convivendo num mesmo país, navegam para portos antípodas".[171]

A permanência do estamento é expressão de uma forma de dominação tradicional e, portanto, pré-moderna. Tal como ressalta Jessé Souza, Raymundo Faoro utiliza o conceito weberiano de patrimonialismo,[172] que envolve, em suas variações concretas, um amplo espectro de formas de dominação política que são típicos de sociedades tradicionais. Trata-se de um conceito de patrimonialismo utilizado por Weber para explicar, antes de tudo, a gênese do Estado burocrático, pois, de um lado, permite demonstrar como se forma a relação entre dominador (ou príncipe) e seu quadro administrativo e, de outro, aponta para a questão da compatibilidade externa que deve haver entre o sistema político e outras esferas sociais, tais como o direito e a economia. Para Weber, deve haver uma compatibilidade entre a racionalização da economia e a do Estado. A burocracia racional que, segundo Weber, é pressuposto de uma sociedade eficiente, implica essa racionalização, que não está presente na dominação patrimonial. Contudo, existe uma oposição entre o uso histórico

[169] Idem, ibidem, v. 2, p. 744.

[170] Partindo da obra de Machado de Assis, visto como analista de seu tempo, Faoro indica a cristalização do estamento e sua supremacia em relação à lei e à Constituição: "acima da ordem jurídica, há um fator que decide e elege, com o qual não atina o inconformista debate liberal do tempo". FAORO, R. *Machado de Assis*: a pirâmide e o trapézio, p. 62.

[171] FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 2, p. 740.

[172] Para uma análise do patrimonialismo, enquanto forma de dominação tradicional, ver: KUPER, G. Z. *La dominación patrimonial en la obra de Max Weber*, p. 21 e ss.

que Weber faz do conceito de patrimonialismo e a utilização estática e tendencialmente anistórica feita por Faoro.[173] Tal como ressaltado, o estamento burocrático passa a ostentar uma permanência impressionante, que ultrapassa os séculos e liga nosso desenho institucional ao modo pelo qual se consolidou o reino português. Nesse sentido, Jessé Souza destaca que, na obra de Raymundo Faoro, o conceito de patrimonialismo "deixa, ao limite, de ser uma categoria histórica e assume a forma de uma 'maldição', uma entidade demiúrgica que tudo explica e tudo assimila".[174]

Ora, tomado em termos anti-históricos e estáticos, o patrimonialismo, enquanto essa herança ibérica maldita, liga inexoravelmente o Brasil e suas instituições a um *ethos* pré-moderno que nos aparta da modernidade. Nesse sentido, Raymundo Faoro enrijece a tese de que a herança ibérica nos afasta da modernidade.[175] O desafio de superação do domínio patriarcal que advinha de nossa herança rural, tal como aparece em *Raízes do Brasil*, perde sentido, uma vez que a herança ibérica se transforma num obstáculo inexpugnável que obstrui nossa modernização. Referindo-se a essa civilização que Portugal criou no novo mundo, Raymundo Faoro ressalta que ela estaria coberta pela "túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante".[176] É por essa razão que o historiador Fernando Novaes enfatiza que, "no caso de Faoro, a perspectiva parece se encaminhar para dizer que o Brasil não tem solução. No livro de Faoro, a impressão que se tem é de que a única possibilidade é destruir o Estado".[177]

---

[173] Cf. SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 170-171. Contrariamente à posição de Jessé Souza, Carlos Guilherme Mota ressalta que a obra de Faoro não consiste em dar anti-historicidade ao conceito de patrimonialismo. Segundo Mota, a análise de Faoro permite a apreensão das múltiplas temporalidades que caracterizam o devir histórico. É nessa temporalidade lenta (que Fernand Braudel chamaria de longa duração) que se situa a formação do estamento patrimonial. Nesse sentido, Mota considera que "o que era verdadeiro em 1958 continua, a nosso ver, valendo em 2004, e abre novas pautas para novas pesquisas e debates sobre a identidade deste país que se quer nação". MOTA, C. G. Intérpretes do Brasil: Antonio Cândido e Raymundo Faoro. In: AXT, G.; SCHÜLER, F. (Org.). *Intérpretes do Brasil*: ensaios de cultura e identidade, p. 277.

[174] SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro, p. 171.

[175] O modo pelo qual se encerra *Os donos do poder* explicita bem o quanto nossa matriz ibérica é vista por Faoro como insuperável. Segundo ele, "a máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da voluptuosidade das índias, ao contato de um desafio novo – manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior. Em lugar de renovação, o abraço lusitano produziu uma social *enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem". FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro, v. 2, p. 748.

[176] Idem, ibidem, v. 2, p. 748.

[177] NOVAIS, F. Entrevista. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 136.

4.4 Do fardo do passado às vicissitudes do pr desgaste do potencial explicativo do *etho*

A análise dos autores que articulam suas interpretações a p ibérico, enquanto categoria explicativa da sociedade brasileira, te demonstrar que, no âmbito dessa perspectiva interpretativa, há enrijecimento da tese de que nossa herança ibérica obstruiria modernidade. Nesse sentido, procurou-se indicar, na seção ant ção de um "caráter nacional do brasileiro" que serviria de pe explicação de nossa sociedade e que, em razão de sua longevida constitui o maior desafio à aplicação da teoria dos sistemas à s leira. Para que essa aplicação se torne viável, é necessário a efetivo alcance dessas explicações fundadas no *ethos* ibérico, q tudo, da década de 30,[178] para a apreensão dos aspectos defi dade brasileira hodierna.

Essa análise é indispensável pois, se prevalecerem interp a de Raymundo Faoro, que encontra no estamento patrimoni obstrui a modernização brasileira, mantendo-a sempre pres dominação tradicional, no sentido weberiano do termo, entã sar em aplicar a teoria dos sistemas ao contexto brasileir torna ainda mais premente, se se leva em consideração que ência exercida pelas obras citadas na seção anterior há, na expressivos que, em suas explicações acerca do Brasil se va inconscientemente, do *ethos* ibérico para dar esteio às suas to, caberia perguntar se a sociedade brasileira atual seria p cada no que tange à sua estrutura e suas instituições a permanência de resquícios pré-modernos. Seria a forma matriz ibérica um fardo insuperável? Estaria o Brasil fad nência num contexto de pré-modernidade, em que impe o mandonismo, o patrimonialismo, a cordialidade e toda arcaísmos que o português de antanho nos teria legado?

---

[178] É preciso ressaltar que, dentre os autores analisados na seção anterior, a ob essa datação. Como se sabe, a primeira versão de *Os donos do poder* foi pub nitiva foi publicada em 1975, portanto, em período bem posterior às ob Buarque de Holanda.